



DIÁRIO

da Assembleia da República

IX LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2002-2003)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 21 DE FEVEREIRO DE 2003

Presidente: Ex.^{mo} Sr. João Bosco Soares Mota Amaral

Secretários: Ex.^{mos} Srs. Duarte Rogério Matos Ventura Pacheco
Ascenso Luís Seixas Simões
Isabel Maria de Sousa Gonçalves dos Santos
António João Rodeia Machado

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas.

Em interpeção à Mesa, o Sr. Deputado António Costa (PS) criticou o facto de o Governo dispor, desde finais do ano passado, de um parecer do Conselho Consultivo da Procuradoria-Geral da República que iliba o Sr. Deputado e Secretário-Geral do seu partido Ferro Rodrigues de responsabilidades no caso da estação do metropolitano do Terreiro do Paço. Após os esclarecimentos prestados pelo Sr. Presidente, intervieram também sobre o assunto os Srs. Deputados Bernardino Soares (PCP), Isabel Castro (Os Verdes), João Teixeira Lopes (BE), José Vera Jardim (PS) e Luís Marques Guedes (PSD) e ainda o Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares (Luís Marques Mendes).

Nos termos do artigo 240.º do Regimento, teve lugar um período de perguntas de âmbito sectorial dirigidas ao Ministério da Ciência e Ensino Superior, tendo o Sr. Ministro (Pedro Lynce) feito uma intervenção inicial.

De seguida, o Sr. Ministro respondeu às perguntas colocadas pelos Srs. Deputados Augusto Santos Silva (PS), Massano Cardoso (PSD), João Pinho de Almeida (CDS-PP), Luísa Mesquita (PCP), Joana Amaral Dias (BE), Jorge Nuno Sá (PSD), António Braga (PS), João Abrunhosa (CDS-PP), Bruno Dias (PCP), Gonçalo Capitão (PSD) e Jámila Madeira (PS).

Por último, o Sr. Presidente informou a Câmara que o segundo ponto da ordem do dia — apreciação do relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito aos Actos do Governo e da Administração do Metropolitano de Lisboa, E. P., relativamente às Obras da Nova Linha sob o Terreiro do Paço — foi retirado por consenso dos grupos parlamentares, tendo-se pronunciado o Sr. Deputado António Costa (PS).

O Sr. Presidente encerrou a sessão eram 12 horas e 10 minutos.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 10 horas.

Srs. Deputados presentes à sessão:

Partido Social Democrata (PSD):

Abílio Jorge Leite Almeida Costa
 Adriana Maria Bento de Aguiar Branco
 Álvaro Roque de Pinho Bissau Barreto
 Ana Maria Sequeira Mendes Pires Manso
 Ana Paula Rodrigues Malojo
 António Fernando de Pina Marques
 António Henriques de Pinho Cardão
 António Manuel da Cruz Silva
 António Pedro Roque da Visitação Oliveira
 Bernardino da Costa Pereira
 Bruno Jorge Viegas Vitorino
 Carlos Alberto da Silva Gonçalves
 Carlos Manuel de Andrade Miranda
 Carlos Parente Antunes
 Diogo de Sousa Almeida da Luz
 Duarte Rogério Matos Ventura Pacheco
 Fernando António Esteves Charrua
 Fernando Manuel Lopes Penha Pereira
 Fernando Pedro Peniche de Sousa Moutinho
 Fernando Santos Pereira
 Francisco José Fernandes Martins
 Gonçalo Dinis Quaresma Sousa Capitão
 Gonçalo Miguel Lopes Breda Marques
 Gustavo de Sousa Duarte
 Hugo José Teixeira Velosa
 Isménia Aurora Salgado dos Anjos Vieira Franco
 João Bosco Soares Mota Amaral
 João Carlos Barreiras Duarte
 João Eduardo Guimarães Moura de Sá
 João José Gago Horta
 João Manuel Moura Rodrigues
 Joaquim Carlos Vasconcelos da Ponte
 Joaquim Miguel Parelho Pimenta Raimundo
 Jorge Nuno Fernandes Traila Monteiro de Sá
 Jorge Tadeu Correia Franco Morgado
 José Agostinho Veloso da Silva
 José António de Sousa e Silva
 José Manuel de Lemos Pavão
 José Manuel Ferreira Nunes Ribeiro
 José Manuel Pereira da Costa
 Judite Maria Jorge da Silva
 Luís Álvaro Barbosa de Campos Ferreira
 Luís Filipe Alexandre Rodrigues
 Luís Filipe Montenegro Cardoso de Moraes Esteves
 Luís Filipe Soromenho Gomes
 Luís Manuel Machado Rodrigues
 Luís Maria de Barros Serra Marques Guedes
 Manuel Alves de Oliveira
 Manuel Filipe Correia de Jesus
 Maria Assunção Andrade Esteves
 Maria Aurora Moura Vieira
 Maria Clara de Sá Moraes Rodrigues Carneiro Veríssimo
 Maria da Graça Ferreira Proença de Carvalho
 Maria do Rosário da Silva Cardoso Águas
 Maria Elisa Rogado Contente Domingues
 Maria Eulália Silva Teixeira

Maria Goreti Sá Maia da Costa Machado
 Maria Leonor Couceiro Pizarro Beleza de Mendonça Tavares
 Maria Manuela Aguiar Dias Moreira
 Maria Natália Guterres V. Carrascalão da Conceição Antunes
 Maria Ofélia Fernandes dos Santos Moleiro
 Maria Paula Barral Carloto de Castro
 Maria Teresa da Silva Moraes
 Melchior Ribeiro Pereira Moreira
 Paulo Jorge Frazão Batista dos Santos
 Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos
 Pedro Filipe dos Santos Alves
 Pedro Miguel de Azeredo Duarte
 Rodrigo Alexandre Cristóvão Ribeiro
 Rui Manuel Lobo Gomes da Silva
 Rui Miguel Lopes Martins de Mendes Ribeiro
 Salvador Manuel Correia Massano Cardoso
 Vítor Manuel Roque Martins dos Reis

Partido Socialista (PS):

Alberto Arons Braga de Carvalho
 Alberto Bernardes Costa
 Alberto de Sousa Martins
 Alberto Marques Antunes
 Ana Catarina Veiga Santos Mendonça Mendes
 Ana Maria Benavente da Silva Nuno
 Antero Gaspar de Paiva Vieira
 António Alves Marques Júnior
 António Bento da Silva Galamba
 António de Almeida Santos
 António Fernandes da Silva Braga
 António José Martins Seguro
 António Luís Santos da Costa
 António Ramos Preto
 Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho
 Artur Rodrigues Pereira dos Penedos
 Ascenso Luís Seixas Simões
 Augusto Ernesto Santos Silva
 Carlos Manuel Luís
 Edite Fátima Santos Marreiros Estrela
 Eduardo Arménio do Nascimento Cabrita
 Eduardo Luís Barreto Ferro Rodrigues
 Elisa Maria da Costa Guimarães Ferreira
 Fernando dos Santos Cabral
 Fernando Manuel dos Santos Gomes
 Fernando Pereira Serrasqueiro
 Fernando Ribeiro Moniz
 Guilherme Valdemar Pereira d'Oliveira Martins
 Jaime José Matos da Gama
 Jâmla Bárbara Madeira e Madeira
 Joel Eduardo Neves Hasse Ferreira
 Jorge Lacão Costa
 Jorge Paulo Sacadura Almeida Coelho
 José Adelmo Gouveia Bordalo Junqueiro
 José Alberto Sequeiros de Castro Pontes
 José António Fonseca Vieira da Silva
 José Apolinário Nunes Portada
 José Carlos Correia Mota de Andrade
 José Eduardo Vera Cruz Jardim
 José Manuel Lello Ribeiro de Almeida
 José Manuel Santos de Magalhães
 José Miguel Abreu de Figueiredo Medeiros
 José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa

Júlio Francisco Miranda Calha
 Leonor Coutinho Pereira dos Santos
 Luís Afonso Cerqueira Natividade Candal
 Luís Alberto da Silva Miranda
 Luís Manuel Capoulas Santos
 Luísa Pinheiro Portugal
 Manuel Pedro Cunha da Silva Pereira
 Maria Celeste Lopes da Silva Correia
 Maria Cristina Vicente Pires Granada
 Maria Custódia Barbosa Fernandes Costa
 Maria de Belém Roseira Martins Coelho Henriques de Pina
 Maria do Carmo Romão Sacadura dos Santos
 Maria Isabel da Silva Pires de Lima
 Maria Manuela de Macedo Pinho e Melo
 Maximiano Alberto Rodrigues Martins
 Miguel Bernardo Ginestal Machado Monteiro Albuquerque
 Nelson da Cunha Correia
 Nelson Madeira Baltazar
 Osvaldo Alberto Rosário Sarmento e Castro
 Paula Cristina Ferreira Guimarães Duarte
 Paulo José Fernandes Pedroso
 Rosa Maria da Silva Bastos da Horta Albernaz
 Rosalina Maria Barbosa Martins
 Rui António Ferreira da Cunha
 Rui do Nascimento Rabaça Vieira
 Sónia Ermelinda Matos da Silva Fertuzinhos
 Teresa Maria Neto Venda
 Victor Manuel Bento Baptista
 Vitalino José Ferreira Prova Canas
 Vítor Manuel Sampaio Caetano Ramalho
 Zelinda Margarida Carmo Marouço Oliveira Semedo

Partido Popular (CDS-PP):

António Herculano Gonçalves
 Diogo Nuno de Gouveia Torres Feio
 Henrique Jorge Campos Cunha
 Isabel Maria de Sousa Gonçalves dos Santos
 João Guilherme Nobre Prata Fragoso Rebelo
 João Maria Abrunhosa Sousa
 João Nuno Lacerda Teixeira de Melo
 João Rodrigo Pinho de Almeida
 Manuel de Almeida Cambra
 Manuel Miguel Pinheiro Paiva
 Narana Sinai Coissoró

Partido Comunista Português (PCP):

António Filipe Gaião Rodrigues
 António João Rodeia Machado
 Bernardino José Torção Soares
 Bruno Ramos Dias
 Jerónimo Carvalho de Sousa
 José Honório Faria Gonçalves Novo
 Lino António Marques de Carvalho
 Maria Luísa Raimundo Mesquita

Bloco de Esquerda (BE):

Joana Beatriz Nunes Vicente Amaral Dias
 João Miguel Trancoso Vaz Teixeira Lopes
 Luís Emídio Lopes Mateus Fazenda

Partido Ecologista «Os Verdes»:

Heloísa Augusta Baião de Brito Apolónia
 Isabel Maria de Almeida e Castro

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, temos hoje como ordem do dia um debate sectorial nos termos do artigo 240.º do Regimento e, depois, a apreciação do relatório da Comissão de Inquérito às Obras do Metropolitano, no Terreiro do Paço, em Lisboa.

Para interpelar a Mesa, tem a palavra o Sr. Deputado António Costa.

O Sr. António Costa (PS): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: O jornal *Público* de hoje informa em manchete que o Governo recebeu, em Dezembro passado, um parecer do Conselho Consultivo da Procuradoria-Geral da República sobre as responsabilidades do então ministro do Equipamento Social, Dr. Eduardo Ferro Rodrigues, no caso do acidente ocorrido com a construção do metro do Terreiro do Paço, objecto de uma comissão de inquérito.

Ficámos, portanto, a saber que o Governo tem em seu poder, desde Dezembro, um parecer que iliba totalmente de responsabilidades o Dr. Eduardo Ferro Rodrigues, que escondeu da opinião pública e da Assembleia da República.

Hoje de manhã, pela rádio, fiquei a saber que o gabinete do Sr. Ministro das Obras Públicas, Transportes e Habitação disse que esse documento já foi enviado para a Assembleia da República mas não foi distribuído a nenhuma bancada.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Mas isto já está incluído na ordem de trabalhos de hoje!...

O Orador: — Sei, porque tive a oportunidade de falar com o Presidente da Comissão de Inquérito Parlamentar às Obras do Metropolitano no Terreiro do Paço, em Lisboa, que ele próprio diligenciou ontem, junto do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Habitação, no sentido de que lhe fosse facultado o documento. O mesmo não lhe foi remetido, embora lhe tenha sido dito que iria ser enviado ao Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares.

Mas o mais extraordinário de tudo, Sr. Presidente, é que hoje ouvi na rádio — e porventura o Sr. Presidente também — o líder da bancada do PSD, Sr. Deputado Guilherme Silva, dizer que já leu integralmente o parecer recebido pelo Governo no dia 18 de Dezembro, que até já teve a oportunidade de ler as dúvidas que o Sr. Ministro Valente de Oliveira teve sobre o parecer, que também já teve a oportunidade de ver os esclarecimentos complementares que o Conselho Consultivo da Procuradoria-Geral da República terá dado e que o Sr. Ministro recebeu há mais de 15 dias, e mais extraordinário ainda, Sr. Presidente, é que não só o Governo sonegue esta informação à Assembleia da República como, pelos vistos, a utilize para informação privilegiada do líder da bancada da maioria.

O Sr. António Braga (PS): — Exactamente!

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Sr. Presidente, mas o que é isto?!...

O Orador: — O Sr. Presidente compreenderá que, tendo decorrido este inquérito como decorreu, tendo sido suscitadas pela maioria as dúvidas que foram suscitadas, é inqualificável que o Governo, tendo anunciado, aliás, que tinha pedido esse parecer, o tenha escondido, e continue a escondê-lo, da Assembleia da República, visto que até este momento ninguém, a não ser, pelos vistos, o Sr. Deputado

Guilherme Silva e talvez o Sr. Deputado Luís Marques Guedes, teve acesso a esse documento.

É um caso de gravíssima deslealdade política, um escândalo, Sr. Presidente,...

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Mas o que é que está a passar-se aqui?!... O que é isto?!...

O Orador: — ... sobretudo no dia em que está agendado, para apreciação neste Plenário, o relatório fabricado pela maioria na comissão de inquérito.

Esta questão põe gravemente em causa a credibilidade das instituições, deixa nas ruas da amargura as relações correctas que devem existir entre Governo e oposição e eu peço ao Sr. Presidente da Assembleia da República...

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Sr. Presidente, mas o que é isto?!...

O Orador: — ... que me esclareça se recebeu esse relatório do Governo e se já o fez circular pelas bancadas.

Caso não o tenha recebido — e estou convicto de que não o recebeu, porque, por certo, tê-lo-ia, de imediato, enviado a todas as bancadas —, gostava de saber se é o Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares que o tem no seu gabinete, se é o Sr. Ministro das Obras Públicas, Transportes e Habitação que o tem no seu gabinete e por que razão só o Sr. Deputado Guilherme Silva tem direito a conhecer um relatório que confirma a total inocência do Sr. Deputado Eduardo Ferro Rodrigues neste lamentável caso, que a todos entristece.

Aplausos do PS.

O Sr. João Rebelo (CDS-PP): — Não é isso o que diz o relatório!...

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, respondo imediatamente à sua pergunta e a minha resposta é simples: acabei de receber esse documento,...

Vozes do PS: — Ah!...

O Orador: — ... chegou-me antes de entrar na Sala, e despachei-o imediatamente, sem o ler — não havia tempo para isso —, para todos os grupos parlamentares. Admito, portanto, que dentro de momentos esteja disponível para ser distribuído por todos.

É o que posso dizer sobre a matéria.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — O que é isto?!...

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Luís Marques Guedes, tenha paciência, vamos ouvir o que outros grupos parlamentares têm para dizer e depois dar-lhe-ei também a palavra.

Para uma interpelação à Mesa, tem a palavra o Sr. Deputado Bernardino Soares.

O Sr. Bernardino Soares (PCP): — Sr. Presidente, é para dizer que lhe agradeço que tenha disponibilizado imediatamente o relatório, que devemos estar a receber...

O Sr. Presidente: — É minha obrigação.

O Orador: — É sua obrigação e certamente cumpriu-a com toda a diligência que lhe conhecemos.

Agora, Sr. Presidente, de facto este caso é lamentável,...

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Mas o que é isto outra vez?!...

O Orador: — ... porque sabíamos que este relatório tinha sido pedido e era dever do Governo informar a Assembleia da sua conclusão em tempo útil, ainda por cima quando há mais de 15 dias tínhamos conhecimento de que, hoje, se iria debater esta matéria no Plenário.

Portanto, Sr. Presidente, para além de subscrever o que foi dito pelo Sr. Deputado António Costa em relação ao intolerável desrespeito pela Assembleia da República e pelos grupos parlamentares, excepto, porventura, pelo do PSD, em matéria de fornecimento de informação sobre esta matéria, julgo que não há condições para debatermos o ponto da ordem de trabalhos que está previsto para hoje sem dar tempo a que todos os grupos leiam o relatório e o integrem nas intervenções que farão sobre a matéria em causa.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, a minha resposta é idêntica à que já foi dada.

Para interpelar a Mesa, tem a palavra a Sr.^a Deputada Isabel Castro.

A Sr.^a Isabel Castro (Os Verdes): — Sr. Presidente, quero, muito brevemente, dizer que aquilo que hoje nos surpreendeu e foi divulgado pela comunicação social é de extrema gravidade, pois significa que, pura e simplesmente, todas as normas que devem pautar as relações entre o Governo e o Parlamento estão a ser violadas de uma forma grosseira.

Esta não é, seguramente, a forma aceitável de um Governo, qualquer que ele seja, se relacionar, no plano institucional, com os seus pares e, para além da gravidade desse facto, a ocultação de um dado que é essencial politicamente dá lugar, como é evidente, a que hoje não haja qualquer discussão sobre as conclusões de um relatório que está ferido porque lhe faltaram dados que, manifestamente, o Governo quis ocultar.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputada Isabel de Castro, naturalmente a Mesa não tem outra resposta para além da que já foi dada.

Também para uma interpelação à Mesa, tem a palavra o Sr. Deputado João Teixeira Lopes.

O Sr. João Teixeira Lopes (BE): — Sr. Presidente, é também para dizer à Mesa que, de facto, não faz sentido discutirmos hoje um relatório que, manifestamente, está ferido de parcialidade.

Gostava também de realçar que a não divulgação deste parecer demonstra falta de transparência na Administração Pública e violação do seu princípio de neutralidade, para além de colocar o Governo numa posição extremamente incómoda e delicada.

Demonstra ainda que a minha posição quanto à justeza do relatório, enquanto seu co-relator, tinha razão de ser, ou seja, tínhamos presente uma situação em que não se pretendia apurar a verdade mas, sim, seguir uma mera tática de acusação política, utilizando para isso uma comis-

são de inquérito, o que, Sr. Presidente, é muito grave, porque desprestigia esta Assembleia.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado João Teixeira Lopes bem como o Sr. Deputado Bernardino Soares e a Sr.^a Deputada Isabel Castro formularam uma observação que diz respeito à nossa ordem de trabalhos.

Considero que por parte dos oradores que mencionei há uma solicitação no sentido da alteração da ordem do dia, mas, como sabem, isso só pode ser feito com o acordo de todas as bancadas.

O Sr. **Bernardino Soares (PCP)**: — Certamente que haverá o consenso de todas as bancadas!

O Sr. **Presidente**: — Portanto, solicito que formulem o respectivo requerimento, para sobre o assunto podermos decidir na altura em que passarmos a essa parte da ordem do dia.

Eu gostava de poder passar ao debate que está marcado para esta manhã, mas o Sr. Deputado José Vera Jardim está também a pedir para usar da palavra. Para que efeito, Sr. Deputado?

O Sr. **José Vera Jardim (PS)**: — Sr. Presidente, é para dar um esclarecimento sobre esta questão.

O Sr. **Presidente**: — Pode até ajudar a esclarecer a questão. Como V. Ex.^a é o Presidente da respectiva comissão de inquérito, tem a palavra. Peço-lhe para ser breve.

O Sr. **José Vera Jardim (PS)**: — Serei muito breve, Sr. Presidente.

Há dois dias alguém me chamou a atenção para o conhecimento que tinha de já ter sido enviado, há longo tempo, para o Sr. Ministro das Obras Públicas, Transportes e Habitação, o parecer da Procuradoria-Geral da República, pedido pelo Sr. Ministro em Outubro.

Eu não sabia e não pude nesse dia, anteontem, fazer qualquer diligência, ocupado como estava...

O Sr. **Luís Marques Guedes (PSD)**: — Mas o que é isto?!... O que é que se está a passar aqui, hoje?!...

O **Orador**: — Sr. Deputado Luís Marques Guedes, dá licença que continue? O Sr. Presidente deu-me a palavra e eu gostava de...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado José Vera Jardim, concedi-lhe a palavra, portanto faça o favor de exprimir a sua opinião. Mas peço-lhe que seja breve.

O **Orador**: — Como dizia, não pude, anteontem, fazer qualquer diligência, ocupado que estava com outros assuntos parlamentares, como é sabido, e ontem de manhã entrei em contacto com o Sr. Chefe de Gabinete do Sr. Ministro das Obras Públicas, Transportes e Habitação, a quem pedi um esclarecimento sobre a questão.

O Sr. Chefe de Gabinete confirmou-me que o parecer tinha entrado em Dezembro no gabinete do Sr. Ministro e, tendo eu dito que gostaria de a ele ter acesso o Sr. Chefe de Gabinete mostrou dúvidas sobre essa possibilidade, tendo designadamente argumentado que não sabia se o parecer já estava homologado pelo Sr. Ministro. Ficou, no entanto, de me dizer alguma coisa durante o dia.

Como não tivesse notícias do Sr. Chefe de Gabinete, insisti em falar-lhe várias vezes, mas ele estava em reunião com o Sr. Ministro. Só pouco depois das 17 horas pude falar com o Sr. Chefe de Gabinete do Sr. Ministro das Obras Públicas, Transportes e Habitação, o qual me disse então que sim, que iria mandar o parecer, de imediato, para a Assembleia, para o gabinete do Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares.

À volta das 20 horas, quando terminámos o debate em Plenário, solicitei ao líder da bancada do PS que me informasse se já teria sido recebido o parecer da Procuradoria-Geral da República. Foi-me respondido que não tinha e suponho que esta manhã ainda não foi. Certo é que para além da imprensa, que já me solicitou para comentar o referido parecer, o que não fiz, também o Sr. Deputado Guilherme Silva já o tem. Possivelmente, pelos corredores alguém o trouxe primeiro à bancada do PSD. Eu só tive acesso, porque me deram, mas não o gabinete do Sr. Ministro, às conclusões e constatei que o parecer tem cento e tal páginas. O Sr. Deputado Guilherme Silva terá tido uma noite difícil a ler as cento e tal páginas do parecer...!

Eram estas, Sr. Presidente, as informações que queria fornecer.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Para uma interpelação à Mesa, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Marques Guedes.

O Sr. **Luís Marques Guedes (PSD)**: — Sr. Presidente, estou aqui desde as 10 horas, há uma agenda de trabalhos, a minha bancada não foi informada nem sequer consultada pela Mesa sobre qualquer alteração da ordem do dia e eu não percebo o que está a passar-se neste Hemiciclo!...

Protestos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Eu vou explicar-lhe, Sr. Deputado.

O **Orador**: — Sr. Presidente, permita-me que termine!...

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O **Orador**: — Em qualquer circunstância, Sr. Presidente, quero protestar veementemente que seja possível alterar a ordem do dia sem autorização das bancadas e que se esteja a discutir o segundo ponto da agenda...

O Sr. **Bernardino Soares (PCP)**: — Não se está a discutir o segundo ponto!...

O Sr. **Paulo Pedroso (PS)**: — Exacto! Ninguém está a discutir o segundo ponto da agenda de trabalhos!...

O **Orador**: — ... quando, desde as 10 horas, as pessoas estão aqui sentadas à espera que se inicie o primeiro ponto da agenda.

Protestos do PS.

Portanto, solicito à Mesa e ao Sr. Presidente que dê normal curso à ordem dos trabalhos e que inicie a discussão de acordo com a ordem dos trabalhos de hoje.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, o meu desejo é respeitar a ordem do dia e fazer cumprir o nosso calendário. Mas antes de dar a palavra ao Sr. Ministro da Ciência e do Ensino Superior, como está previsto, vou dar a palavra ao Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, que a pediu. Julgo que é sobre a mesma matéria, para fornecer algum esclarecimento útil. Peço-lhe também que seja breve, por favor.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares** (Luís Marques Mendes): — Sr. Presidente, serei breve, e o meu pedido de palavra tem a ver com a interpelação agora feita pelo Sr. Deputado José Vera Jardim.

Quero só esclarecer, sem prejuízo de o Sr. Presidente já ter informado a Câmara do recebimento da documentação em causa, que recebi ontem no meu gabinete, já depois do debate em Plenário, onde estive até ao fim, ou seja, já depois das 20 horas, vindo do Sr. Ministro das Obras Públicas, Transportes e Habitação, o parecer que aqui foi referido.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Está a dizer que a responsabilidade foi do Sr. Ministro das Obras Públicas, Transportes e Habitação?!...

O **Orador**: — O parecer vinha acompanhado de uma carta do Sr. Ministro e ontem à noite mesmo, antes de sair do meu gabinete, despachei no sentido de o mesmo ser enviado ao Sr. Presidente da Assembleia da República, com pedido de distribuição a todos os grupos parlamentares.

O Sr. Presidente já informou a Câmara de que essa documentação já lhe chegou. Como disse, tudo se passou ontem muito à noite. Junto com o parecer seguiu uma carta do Sr. Ministro das Obras Públicas, Transportes e Habitação que explica a questão dos prazos relativamente a esta matéria, que são diferentes dos que foram aqui invocados, mas na altura própria, recebendo a carta, verão a esse respeito.

Portanto, quero deixar bem claro que não houve, ao contrário do que acabou de ser insinuado, qualquer tipo de comportamento menos correcto, porque no momento em que recebi toda a documentação — e nunca ninguém, nem o Sr. Deputado José Vera Jardim nem qualquer outro Sr. Deputado alguma vez contactou o meu gabinete sobre esta matéria — ela foi enviada. É tão simples quanto isto. Rejeito apenas a insinuação, que acho de mau gosto, de que alguém de outras bancadas possa ter recebido esta documentação do meu gabinete,...

Vozes do PS: — Não foi nada disso!...

O **Orador**: — ... porque a única coisa que fiz foi fazer chegar ao Sr. Presidente da Assembleia da República, como é institucionalmente correcto.

Protestos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, preferia que não continuássemos essa discussão, porque nada adianta. As posições já estão demarcadas: os Srs. Deputados da oposição insurgiram-se contra o facto; o Sr. Ministro dos As-

suntos Parlamentares explicou; a maioria, através do Sr. Deputado Luís Marques Guedes, protestou por não estarmos a cumprir a ordem do dia, o que em parte é verdadeiro. Preferia, pois, que encerrássemos o assunto por aqui.

O Sr. **António Costa** (PS): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Para que efeito, Sr. Deputado?

O Sr. **António Costa** (PS): — Sr. Presidente, o Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares acusou-nos de ter feito uma insinuação infundada.

O Sr. **Presidente**: — Para que efeito pediu a palavra, Sr. Deputado?

O Sr. **António Costa** (PS): — Sr. Presidente, pode ser para uma interpelação ou para um protesto...

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra para um protesto, Sr. Deputado António Costa. Peço-lhe para ser breve, por favor.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, o Sr. Deputado Guilherme Silva disse hoje, na TSF,...

O Sr. **António Braga** (PS): — Exactamente!

O **Orador**: — ... que já tinha lido não só o parecer que o Governo recebeu em Dezembro e que escondeu como também o documento onde o Sr. Ministro das Obras Públicas suscitava dúvidas sobre o parecer...

O Sr. **António Braga** (PS): — Em profundidade!

O Sr. **João Teixeira Lopes** (BE): — É verdade!

O **Orador**: — ... como ainda os novos esclarecimentos da Procuradoria-Geral da República,...

O Sr. **João Teixeira Lopes** (BE): — É verdade!

O **Orador**: — ... que o Governo voltou a receber e voltou a esconder há mais de 15 dias.

Vozes do PS: — Exactamente!

O **Orador**: — Percebo que o Sr. Ministro queira desvalorizar este facto e considerá-lo como um pequeno incidente, mas não é um pequeno incidente: trata-se de um facto da maior gravidade.

Vozes do PS: — Claro!

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — É uma questão de lealdade!

O **Orador**: — Trata-se da mais clara violação das regras de lealdade política (que me lembre) da democracia portuguesa.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Em Outubro, o Governo anunciou publicamente que tinha enviado para a Procuradoria-Geral da República a questão do metro, porque tinha dúvidas, designadamente sobre a responsabilidade e actuação do Dr. Ferro Rodrigues enquanto Ministro das Obras Públicas. Isto, aliado e conjugado com a actuação da maioria nesta Câmara — que inventou uma comissão de inquérito e fabricou um relatório,...

O Sr. João Pinho de Almeida (CDS-PP): — Inventou e fabricou?!

O Orador: — ... que hoje vai querer ver aprovado aqui, no Plenário — de ataque pessoal ao Dr. Ferro Rodrigues.

O Governo recebeu a resposta da Procuradoria-Geral da República, que iliba integralmente o Dr. Ferro Rodrigues.

O Sr. João Pinho de Almeida (CDS-PP): — Integralmente?!

O Orador: — Em Dezembro, escondeu esse facto, porque a conclusão não lhe era favorável. «Terá posto dúvidas», diz o Sr. Deputado Guilherme Silva, não sei. «Terá tido uma resposta no dia 6 de Fevereiro», não sei, mas diz o Sr. Deputado Guilherme Silva. E voltou a esconder as conclusões.

Vozes do PS: — Exactamente!

O Orador: — Ficámos, agora, a saber pelo Sr. Deputado José Vera Jardim que só depois de o Sr. Deputado José Vera Jardim ter ouvido falar do parecer e ter contactado o Governo por mais de uma vez ao longo do dia de ontem é que o Governo, finalmente, resolveu enviar o parecer, ao fim do dia, para a Assembleia da República.

O Sr. Presidente diz que só recebeu esse parecer agora, antes de entrar na Sala; despachou-o imediatamente; nenhuma das bancadas, pelo menos da oposição, o recebeu; e o único Deputado que, pelos vistos, confirma que não só o recebeu como o leu foi o Sr. Deputado Guilherme Silva.

O Sr. António Braga (PS): — É verdade!

O Orador: — Foi o que ouvi hoje no noticiário das 8 horas da TSF.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Toda a gente ouviu!

O Orador: — Não posso ter o Sr. Deputado Guilherme Silva por um aldrabão. Não é, com certeza, um aldrabão. Portanto, quando disse que leu o parecer, não estava a mentir. Leu-o, com certeza! Ora, para o ler, recebeu-o,...

O Sr. António Braga (PS): — Claro!

O Orador: — ... o que significa que o Governo recebeu um parecer do Concelho Consultivo da Procuradoria-Geral da República desfavorável à operação da maioria de procurar implicar e atingir pessoalmente o Secretário-Geral do Partido Socialista e, como as conclusões lhe eram desfavoráveis, escondeu esse parecer.

O Sr. Augusto Santos Silva (PS): — Exactamente!

O Orador: — Mas divulgou-o, pelo menos, ao Sr. Deputado Guilherme Silva. Portanto, não só o Sr. Deputado Guilherme Silva tem informação privilegiada como há aqui uma atitude indesculpável por parte do Governo, que é ter recebido um documento que sabia que era essencial neste debate que temos tido, ao longo destes meses, na Assembleia da República e que teria sido até essencial, porventura, para a própria comissão de inquérito.

O Sr. António Braga (PS): — Exactamente!

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, o seu tempo esgotou-se. Peço-lhe para concluir, por favor.

O Orador: — Vou já terminar, Sr. Presidente.

Curiosamente, só depois de insistências do Sr. Deputado José Vera Jardim, ontem, junto do Governo é que o relatório fabricado pela maioria, de forma milagrosa, finalmente aparece, a uma hora do início da sua apreciação.

A Sr.^a Jânila Madeira (PS): — É verdade!

O Sr. Presidente: — Tem mesmo de terminar, Sr. Deputado, por favor.

O Orador: — Termino já, Sr. Presidente.

Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, só tenho uma palavra: isto é um escândalo e uma enorme deslealdade política, em que o Governo foi cúmplice da actuação da maioria nesta Câmara.

Aplausos do PS, do PCP e do BE.

O Sr. Presidente: — Segundo o Regimento, tenho de dar a palavra ao Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares para um contraprotesto.

Tem a palavra, Sr. Ministro — lembro-lhe que dispõe apenas de 2 minutos.

O Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares: — Sr. Presidente, o primeiro ponto que gostava de deixar claro é o seguinte: tudo quanto referi há instantes corresponde rigorosamente à verdade.

O Sr. José Vera Jardim (PS): — Isso não está em causa!

O Orador: — E o que referi há instantes é que não fui contactado pelo Sr. Deputado José Vera Jardim, apesar das relações com o Parlamento se fazerem normalmente pelo Ministro dos Assuntos Parlamentares,...

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Muito bem!

O Orador: — ... e quando ontem, no final do debate, cheguei ao meu gabinete, tinha lá toda a documentação. Tive a preocupação de não abandonar o meu gabinete sem despachar no sentido de que fosse entregue ao Sr. Presidente da Assembleia da República — e já era bastante tarde.

Segundo ponto que também reafirmo: do meu gabinete, onde esta documentação ontem chegou, seguiu, ape-

nas e só, para o Sr. Presidente da Assembleia da República.

Terceiro ponto: a carta que o Sr. Ministro das Obras Públicas me envia, capeando o parecer, diz (verão, daqui a distantes, quando chegar à mão de cada um dos Srs. Deputados) que o parecer chegou, em Dezembro, ao gabinete do Sr. Ministro das Obras Públicas; que o Sr. Ministro das Obras Públicas, em momento posterior, teve um conjunto de dúvidas jurídicas sobre alguns pontos do parecer e pediu à Procuradoria-Geral da República a sua reapreciação; que, a 4 de Fevereiro, chegou a posição definitiva, mantendo o parecer da Procuradoria-Geral da República; e o Sr. Ministro, nestas duas semanas,...

O Sr. António Costa (PS): — Três semanas!

O Orador: — ... analisou a questão de homologar, ou não, o parecer, tendo decidido não homologar. São questões que vão esclarecidas na carta.

Este é o procedimento.

Desejo acrescentar, apenas, com toda a serenidade, o seguinte: independentemente das opiniões que cada partido possa ter sobre a questão do metro em concreto, sobre se deveria, ou não, ter existido uma comissão de inquérito parlamentar, sobre as suas conclusões, essa é matéria que cada um dos partidos, na comissão e hoje neste debate, que ocorrerá daqui a instantes,...

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Já está a decorrer!

O Orador: — ... tem todo o direito de manifestar.

Agora, tirando essa parte, devo dizer que é completamente descabido falar de escândalo ou de deslealdade político-parlamentar.

Protestos do PS.

O Sr. Presidente: — Sr. Ministro, o seu tempo terminou. Tenha a bondade de concluir.

O Orador: — Vou terminar, Sr. Presidente.

Pela simples razão de que há um princípio de separação de poderes: quem pediu aquele parecer foi o Sr. Ministro das Obras Públicas; recebeu o parecer; não tem qualquer obrigação de o enviar à Assembleia da República;...

Protestos do PS, do PCP e do BE.

... e, quando solicitado, envia à Assembleia da República.

Qualquer afirmação, como a que é feita de tentativa de esconder, não passa de mera manobra política.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. António Braga (PS): — Essa é boa!

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, vamos iniciar a nossa ordem do dia com o debate, nos termos do artigo 240.º do Regimento, sobre o sector do ensino superior.

Para uma intervenção inicial, tem a palavra o Sr. Ministro da Ciência e do Ensino Superior, que dispõe de 5 minutos.

O Sr. Ministro da Ciência e do Ensino Superior (Pedro Lynce): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: O Governo assumiu, no Programa apresentado à Assembleia da República, o compromisso de contribuir para a qualificação dos portugueses, tendo em vista promover o desenvolvimento do País e a sua aproximação aos níveis mais elevados dos nossos parceiros europeus.

A evolução do ensino superior nos últimos anos pode ser considerada, em síntese, um verdadeiro caso de sucesso, fruto dos esforços colectivos realizados por todos.

Sucesso pela sua generalização e desenvolvimento, tendo em atenção o ponto de partida; sucesso pela qualificação crescente do seu corpo docente; sucesso pelo valor dos seus licenciados; sucesso pela sua contribuição para o desenvolvimento das pessoas e do País.

Nos últimos 30 anos, passámos de 25 000 para 400 000 discentes, passámos de 1500 docentes para 25 000 e saem 50 000 licenciados anualmente em contraste com os 2500 de outrora.

Não tenho qualquer dúvida em afirmar que temos alguns cursos, tanto no sector público como no privado, que se equiparam aos melhores que são leccionados em instituições famosas, que temos alunos que, pelo seu saber, dignificam o País em qualquer parte do mundo, docentes e investigadores cujos trabalhos são reconhecidos internacionalmente, sem esquecer a prestação de serviços à comunidade pelas instituições do ensino superior, designadamente a nível regional, já hoje considerados de valor inestimável.

Temos, contudo, de assumir, que existem fragilidades. Uma por erros cometidos e outras porque se torna necessário fazer adaptações, visando os tempos que se avizinhavam.

Passando a uma análise mais detalhada, percebemos rapidamente que a evolução foi rápida e com regras pouco sedimentadas, sem qualquer planificação nacional, o que transformou, em muitos casos, o ensino numa mera transmissão de conhecimentos, face à falta de meios apropriados, nomeadamente docentes qualificados, ou num negócio lucrativo atento apenas aos aspectos de mercado.

Numa palavra: crescemos, mas não nos desenvolvemos.

Vozes do PSD: — Exactamente!

O Orador: — Com efeito, as reflexões que agora propomos não podem ser tomadas como uma crítica ao sistema, mas como uma forma de ultrapassar as deficiências conhecidas de todos há muito tempo, com o objectivo de aumentar a qualidade, antecedendo um período em que se prevêem profundas alterações face à redução assinalável do número de alunos.

A reflexão que desejamos não se pode limitar aos problemas financeiros, mas deve abranger também a análise da actividade pedagógico-científica e a gestão das Universidades. Continuar a reduzir os problemas do ensino superior a questões meramente orçamentais é, claramente, redutor e indutor duma resistência à mudança que tem caracterizado o sistema na última dezena de anos.

Sr.^{as} e Srs. Deputados: Identificadas as debilidades que exigem uma melhoria imediata, decidiu o Governo avançar com um processo de revisão da legislação de bases do ensino superior, de acordo com uma metodologia que pretende suscitar o mais vivo e aberto debate, de modo a permitir que todos os interessados, comunidade académica e sociedade civil, nele participem.

No entanto, é sempre necessário, como nos ensina a experiência, não descuidar os resultados das reformas anteriores, da legislação já aprovada, de modo a prospectivar com o rigor possível as consequências das medidas introduzidas.

Para além da Lei de Bases do Sistema Educativo, estão em causa as leis de autonomia das Universidades e dos estabelecimentos politécnicos públicos, do financiamento do ensino superior público e do ensino particular e cooperativo.

Uma nova legislação que garanta a mobilidade dos jovens no Espaço Europeu do Ensino Superior, que consagre a aprendizagem ao longo da vida, que trate de modo diferente o que é diferente possibilitando uma gestão mais flexível, um financiamento mais justo e que tenha em atenção a qualidade do ensino leccionado.

O avanço na democracia cultural, através da expansão do ensino superior e do seu carácter tendencialmente gratuito, não pode esquecer exigências de justiça e de solidariedade social.

O Sr. João Pinho de Almeida (CDS-PP): — Muito bem!

O Orador: — Quando os recursos são limitados, não podemos pedir mais sacrifícios àqueles que, pelos seus impostos, tornam possível que milhares de estudantes frequentem uma Universidade ou uma escola politécnica públicas sem usufruírem, também eles ou os seus filhos, dessa mesma oportunidade.

Paralelamente, como questão essencial ao regime democrático, é necessário reforçar critérios de justiça social, de modo a garantir que o acesso ao ensino superior não seja frustrado por dificuldades económicas.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Estamos disponíveis para encontrar em conjunto soluções justas, equilibradas e consensuais, que bem cumpram, neste momento de integração de Portugal nos espaços mais alargados da Europa de cultura e de globalização, os desafios que o País e os portugueses têm pela frente. Trata-se de legislação de bases de todo o ensino superior, que não pode ser alterada ao sabor dos diversos governos.

O ensino superior só ganha com a estabilidade. Para além do que nos divide, o que importa é tudo aquilo que nos une em torno deste desígnio nacional, que é a qualificação dos portugueses.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Presidente: — Vamos iniciar a primeira volta de perguntas.

Tem a palavra, para formular uma pergunta, o Sr. Deputado Augusto Santos Silva, que dispõe de 5 minutos.

O Sr. Augusto Santos Silva (PS): — Sr. Presidente, Sr. Ministro da Ciência e do Ensino Superior, V. Ex.^a dis-

se — e bem! — que o desenvolvimento do ensino superior é um caso de sucesso em Portugal e que a qualificação é um desígnio nacional. Estou totalmente de acordo.

Por isso mesmo, a questão essencial de que trata este debate e este momento é saber se queremos, ou não, continuar a desenvolver esse caso de sucesso, se queremos, ou não, continuar a assumir como prioridade nacional o desígnio da qualificação dos portugueses.

Nada melhor para mostrar o nosso empenhamento ou o nosso desinvestimento do que verificar o que nos propomos fazer, a médio prazo, com o ensino superior.

O que o Governo se propõe fazer está bem expresso no Programa de Estabilidade e Crescimento: é forçar um crescimento nominal nulo — insisto, um crescimento nominal nulo — nas transferências do Estado para o ensino superior e compensar esse corte efectivo e brutal nas transferências com o aumento das receitas próprias (leia-se, com o aumento das propinas no ensino superior público). É isso que o Governo quer fazer.

A Sr.^a Jamila Madeira (PS): — Muito bem!

O Orador: — E o Governo escuda-se no Programa de Estabilidade e Crescimento, escuda-se no Pacto de Estabilidade e Crescimento, confundindo as duas coisas.

Gostaria de lhe recordar uma coisa que foi votada por unanimidade aqui, na Assembleia da República, aquando da discussão e votação do projecto de resolução sobre o Pacto de Estabilidade e Crescimento (não confundir com o Programa de Estabilidade e Crescimento). O ponto 7, que foi votado por unanimidade das forças parlamentares, diz o seguinte: «considerar que a política de consolidação orçamental deve obedecer a uma estratégia precisa, com prioridades definidas, que assegure a qualidade dos serviços públicos essenciais prestados aos cidadãos».

Do nosso ponto de vista, o ensino superior, a educação, a ciência em geral e a cultura são serviços públicos essenciais prestados aos cidadãos e o desenvolvimento do ensino superior é uma condição *sine qua non* do desenvolvimento do País.

Por isso, do nosso ponto de vista, na definição das prioridades deve ser atribuída uma prioridade absoluta à grande área da qualificação e, dentro dessa área, naturalmente, também ao ensino superior. Só assim é que se pode fazer justiça ao caso de sucesso que todos verificamos no desenvolvimento do nosso ensino superior. Só assim é que palavras como «desígnio nacional da qualificação dos portugueses» deixam de ser outra coisa que não meras palavras, meros artifícios retóricos.

Voices do PS: — Muito bem!

O Orador: — Portanto, que não haja dúvida alguma de que o Partido Socialista está com o Pacto de Estabilidade e Crescimento.

A Assembleia da República endereçou ao Governo o seu apoio se na definição das prioridades, na configuração do Programa de Estabilidade e Crescimento os serviços públicos essenciais que devem ser prestados aos cidadãos fossem salvaguardados.

O que é que o Governo fez? Impôs agora, tomando por base o Orçamento do Estado para 2003, uma quebra de 3,3% no orçamento para o ensino superior (comparando

os números das finanças com a execução de 2002) e quer impor, sobre essa quebra (que será realmente muito maior, considerando que a taxa de inflação será pelo menos de 2,5%, segundo cálculos do próprio Governo), um crescimento nominal nulo até 2006 nas transferências do ensino superior, isto é, quer impor um «garrote» financeiro ao desenvolvimento do ensino superior em Portugal. O PS não está de acordo com isso e essa decisão, que é a única tomada pelo Governo até agora, envenena todo o debate público sobre o ensino superior.

Esta é, portanto, a primeira e principal questão que queria colocar-lhe.

É porque, sem resolvermos essa questão, tudo o que o Sr. Ministro possa dizer, mesmo quando, finalmente, se decidir a abandonar o plano das ideias gerais e nos fizer a fineza de dizer a esta Câmara qualquer coisa de concreto sobre o que tenciona propor à Câmara e ao País quanto ao ensino superior, mesmo assim, este «garrote» financeiro imposto sobre o desenvolvimento do ensino superior envenena todo o debate e também a discussão sobre as propinas.

O que é claro — e ainda há poucos dias o Sr. Primeiro-Ministro o disse publicamente — é que os senhores querem aumentar as propinas, não para aumentar os recursos disponíveis para as instituições mas, sim, para compensar a brutal quebra de apoio financeiro público que querem infligir ao ensino superior.

Portanto, a primeira questão é a de saber o que é que o Sr. Ministro pensa disto. Entende que os pressupostos contidos na página 20 do Programa de Estabilidade e Crescimento — crescimento nominal nulo para o ensino superior até 2006 — são indiscutíveis, e terá a nossa oposição, ou são um erro do Governo que tem de ser corrigido, ao que terá o nosso apoio?

E não se diga que estamos perante a «corporação do ensino superior» ou o «sindicato do ensino superior»!... Não! Esta é a linha de fronteira entre os que pensam que o ensino superior é uma condição *sine qua non* do desenvolvimento do País e aqueles que querem reduzir o ensino superior a uma insignificância.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro da Ciência e do Ensino Superior, dispondo igualmente de 5 minutos.

O Sr. Ministro da Ciência e do Ensino Superior: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Santos Silva, penso que temos de alterar duas situações.

A primeira é relativamente à metodologia que utilizamos e que, neste momento, me leva a ser cuidadoso em relação às propostas avançadas. De qualquer maneira, como o Sr. Deputado provavelmente sabe, fiquei de entregar durante o mês de Março a alteração aos projectos de lei de que falei anteriormente.

Devo dizer que não concordo com a dúvida que se põe ao Sr. Deputado e que já tive oportunidade de debater.

Entendo que, neste momento, infelizmente, a ligação entre a universidade e a sociedade não é tão forte como seria necessário para vencer o futuro. Isto leva-me a um primeiro período, a que chamei «activo», pedindo a todos

os parceiros, seja a comunidade académica seja a sociedade civil, que me apresentem propostas concretas pela positiva.

Não me parece, Sr. Deputado, que seja verdade essa insinuação de que o Ministro não tem ideias. Não é verdade! O que o Ministro não quer é fazer como outrora se fez, que é pôr isso na boca do Sr. Director-Geral e, depois, aparecer o Ministro a dizer que não concorda com o Sr. Director-Geral.

O Sr. Pedro Duarte (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Sinceramente, não o faço, nunca o farei, porque, de facto, essa não é a minha metodologia.

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — A minha metodologia — e penso que é o primeiro problema que está em causa, Sr. Deputado — é no sentido de haver um primeiro período de acção, activo, e estou satisfeito com os resultados. Posso dizer-lhe que, neste momento, recebemos 1200 consultas, por dia, ao *site* do Ministério, o que é muito satisfatório, além de muitos *e-mails*.

A este propósito, aproveito para felicitar o Sr. Deputado pelos debates em que tem participado, pois considero essencial que todos nós — a Assembleia, a sociedade civil, a comunidade académica — façamos debates.

Por isso, tenha paciência neste momento. Parece-me que quando chegarmos ao segundo período, aí, sim, poderemos discutir as nossas propostas concretas.

Como calcula, à partida, não quis que existissem tabus. Esse foi o princípio fundamental. Quis que tudo fosse discutido com toda a lisura. Aliás, o Sr. Deputado verificou, na Associação Académica de Coimbra, no último dia, a liberdade que todos tivemos de expor as nossas ideias. Penso que esse é o caminho correcto neste momento.

Sr. Deputado, infelizmente, voltamos ao tema do financiamento. Porque o tempo de que disponho é muito curto, e embora não goste muito de falar nisto, apenas lhe chamo a atenção para uma questão.

Sr. Deputado, na minha perspectiva, qualquer dia, o problema do financiamento fica como aquela história do pastor e do lobo: tantas vezes se diz que «vem lobo» que, às tantas, já ninguém acredita.

Vou chamar-lhe a atenção para meia dúzia de comentários que vinham publicados na imprensa e, depois, o resultado não foi nada do que se dizia.

Vejam alguns títulos da imprensa: «Dezembro pode ser crítico»; «Alunos do superior prometem guerra»; «Universidades cortadas»; «Universidades públicas: alerta vermelho»; «Guterres é o novo alvo». Isto em 2001.

Vozes do PCP: — Tudo verdade!

O Orador: — Sr. Deputado, com toda a serenidade, devo dizer-lhe que, neste momento, estamos perfeitamente disponíveis para procurar uma maior eficiência, sentando-nos a uma mesa para verificar onde estão os erros. Não podemos é aceitar que, periodicamente, todos os anos, esta situação se repita. É preciso clarificar o financiamento, é preciso clarificar as regras.

Sr. Deputado, um dos problemas que me preocupa tem a ver com uma lei, que é do tempo em que os senhores estavam no governo, que pretendo clarificar.

O Sr. Deputado sabe que, infelizmente, continuam a existir algumas situações paralelas que não estão devidamente regulamentadas mas deviam estar. O Sr. Deputado sabe que há uma série de associações paralelas em relação a universidades que ainda não estão regularizadas.

O Sr. Augusto Santos Silva (PS): — Quais?

O Orador: — Portanto, em termos de financiamento, quando quiserem discuti-lo com rigor, estamos perfeitamente dispostos a fazê-lo. Agora, entrarmos num debate demagógico segundo o qual o financiamento é responsável por tudo, quando o Sr. Deputado também sabe que as avaliações que temos, quer sejam de nível nacional quer de nível internacional, feitas pela CRE (Associação das Universidades Europeias), nos colocam praticamente ao nível de todas as universidades da Europa... O Sr. Deputado sabe disso.

O Sr. Augusto Santos Silva (PS): — Não, não sei!

O Orador: — Se isso existe neste momento, provavelmente, não se pode invocar o financiamento quando, como sabe, segundo dados da OCDE, estamos a gastar, em termos do PIB, o mesmo que os outros países da União, ainda que admita que, por aluno, o custo é menor, o que temos de corrigir.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Presidente: — Para fazer uma pergunta, tem a palavra o Sr. Deputado Massano Cardoso.

O Sr. Massano Cardoso (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, todos conhecemos a importância dos técnicos superiores especializados para o desenvolvimento do País.

Realmente, muito tem sido feito nos últimos tempos, mas comparativamente ao que ocorre no resto da Europa, verifica-se que estamos muito aquém das nossas necessidades, inclusive em comparação com países com os quais, há poucos anos, estávamos em pé de igualdade.

Este distanciamento é triste e é fácil atribuir culpas. Mais difícil é assumi-las e mais complicado ainda é corrigi-las.

De facto, fazer o diagnóstico da situação do ensino superior é extremamente simples. Aliás, em matéria de diagnósticos, os portugueses são especialistas. O pior é aplicar medidas terapêuticas e mais complicado ainda é fazer prevenção. Aliás, a cultura da prevenção não faz parte dos hábitos nacionais em geral e dos políticos em particular, o que é de lamentar.

Logo, toda esta mudança que terá de ser feita no ensino superior, que está anunciada por um pacote de medidas legislativas, tem como objectivo contrariar uma insatisfação global. Realmente, é um pouco difícil encontrar uma situação em que há um consenso tão generalizado quanto a insatisfação: são os estudantes, são os professores, são os investigadores, são os funcionários, são os políticos, são os Deputados e é, inclusive, o próprio Mi-

nistro. Logo, o pacote legislativo que vai surgir tem como objectivo provocar mudanças no ensino superior.

Um dos aspectos que mais me preocupa, inclusive como universitário, tem a ver com a autonomia e com o financiamento das universidades.

Sr. Ministro, relativamente a esta matéria, gostaria de perguntar se não considera que a gestão actual é uma gestão que não está de acordo com as necessidades do momento e, como tal, até está na base de um conjunto de fenómenos que têm de ser resolvidos.

Refiro-me à criação de instituições, de centros de investigação, de associações de direito privado que vivem e funcionam à custa dos docentes universitários, que vivem à custa do papel dos funcionários das instituições do ensino superior e que, diga-se de passagem, têm dado um contributo notável para o desenvolvimento técnico e científico — e isto não está em causa —, mas que, em termos de funcionamento, em termos de política do ensino superior público, estão a desviar muito das suas actividades para esse sector.

Por outro lado, não podemos esquecer que estas instituições são fontes de rendimento — e digo «fontes de rendimento» em sentido lato — na medida em que concorrem a projectos, a financiamentos de agências nacionais e estrangeiras, prestam serviços à comunidade, fazem cursos. Trata-se de fontes de rendimento que nunca chegam a entrar nas instituições.

Pergunto-lhe concretamente como resolver este problema de forma a não prejudicar as instituições públicas no seu funcionamento e na sua política de desenvolvimento.

Sr. Ministro, relativamente a estas mudanças que têm de ser operadas rapidamente, tenho um certo receio. Gostava de partilhar o seu optimismo mas não partilho, embora não seja totalmente pessimista.

Qualquer tipo de mudança neste domínio exige um esforço e o esforço provoca dor. Ora, esta dor terá de ser partilhada por todos, desde os alunos, aos pais, aos contribuintes, aos próprios professores.

Tendo em perspectiva as novas condições de funcionamento que se avizinham, gostaria de saber o que pretende fazer o Sr. Ministro para aumentar a apetência pelo ensino superior em Portugal.

O que pretende fazer o Sr. Ministro para evitar qualquer tipo de discriminação, em termos económicos, no que diz respeito aos alunos?

O que pretende fazer o Sr. Ministro relativamente aos alunos, para que tenham condições de concluir os respectivos cursos com aproveitamento?

O que pretende fazer o Sr. Ministro para que os alunos sejam responsabilizados, por forma a concluir os seus cursos em tempo aceitável?

Se os alunos são o motivo primeiro e último das instituições do ensino superior, não podemos esquecer-nos dos professores.

Quanto a estes últimos, gostaria de perguntar ao Sr. Ministro quais são as directivas no sentido de um novo estatuto da carreira docente do ensino superior, porque o que está em vigor não satisfaz minimamente os professores.

Ainda a propósito do mesmo, não posso deixar de chamar a atenção do Sr. Ministro para um aspecto. É que os professores pertencem a uma categoria profissional muito particular e só conseguem atingir uma estabilização pro-

fissional após a meia idade, o que é injusto face às outras carreiras da função pública, pelo que, naturalmente, terá de ser corrigido.

Estas são algumas das perguntas que queria deixar ao Sr. Ministro e cujas respostas ouvirei muito atentamente.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro da Ciência e do Ensino Superior.

O Sr. Ministro da Ciência e do Ensino Superior: — Sr. Presidente, Sr. Deputado, penso que, fundamentalmente, temos dois problemas que gostaria de clarificar, e o primeiro tem a ver a actual gestão das instituições do ensino superior.

Julgo que a situação que temos neste momento exige uma clarificação. Quando falei em receitas próprias que existiam paralelamente às instituições, não o fiz no sentido de criticar mas, sim, no de tornar o processo cada vez mais transparente e claro para que as próprias instituições possam conhecer a situação de cada uma.

Por que não dizê-lo? Se há instituições que têm elevados saldos, porque não serem apresentadas como um exemplo a seguir, podendo mesmo vir a ser premiadas face à sua boa gestão? Portanto, Sr. Deputado, não sou contra isso.

Neste momento, o importante é que essas associações paralelas sejam também devidamente regulamentadas. Não tenho dúvidas em afirmá-lo e tudo farei para consegui-lo. Aliás, valia a pena falar nisso, porque o decreto-lei do então Ministro Sousa Franco, no seu intróito, sugeria que todas essas situações fossem devidamente clarificadas.

Relativamente ao problema do financiamento, Sr. Deputado, gostaria que ficasse perfeitamente claro que o Estado não quer, de modo algum, abdicar da sua responsabilidade. Agora, o que o Estado quer é repensar em formas diferentes qual é a sua responsabilidade. E, quanto a essa responsabilidade, chamo-lhe a atenção, por exemplo, para que é necessário financiar a Acção Social Escolar. Sem dúvida alguma, é necessário reforçá-la e alargá-la. Neste momento, temos uma situação extremamente injusta, que é o caso do ensino superior particular e cooperativo, em que os jovens não têm os mesmos direitos que os do ensino superior público. Aliás, todos temos hoje conhecimento do relatório, que não foi feito pelo Ministério mas é autónomo e independente, do Conselho Nacional para a Acção Social no Ensino Superior, onde se reconhece que os indivíduos que têm mais dificuldades financeiras são aqueles que neste momento frequentam o ensino superior particular e cooperativo.

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — Mas dir-lhe-ia mais, Sr. Deputado: temos de implementar um sistema de avaliação credível, um sistema de avaliação que dê resultados claros. Para isso, o Ministério terá provavelmente de ser substituído por uma autoridade reguladora independente — esse é um dos passos que pretendemos dar —, de modo a que todas as entidades sejam tratadas da mesma maneira.

O Sr. João Pinho de Almeida (CDS-PP): — Muito bem!

O Orador: — Não pode continuar a admitir-se que as universidades tenham um critério para aprovação de cursos, que os politécnicos tenham outro e que, eventualmente, o ensino privado tenha outro. Neste momento, temos de privilegiar claramente o ensino de qualidade, os projectos de qualidade.

O Sr. João Pinho de Almeida (CDS-PP): — Muito bem!

O Orador: — Há outra situação que também me parece importante, Sr. Deputado: independentemente das bolsas — e que fique perfeitamente claro que não queremos acabar com as bolsas —, penso que também temos de avançar para um sistema de empréstimo, para que aqueles que não sejam bolseiros possam beneficiar desse sistema.

Acredito que o Estado tem um papel muito importante, em termos de avalizador desses empréstimos e simultaneamente de cobrir os riscos daqueles que, amanhã, porventura não possam pagar.

Claro que se me perguntassem se eventualmente queria mais dinheiro, com certeza que queria. O que não me parece correcto, na actual situação, é o ensino superior não ser também solidário com o resto do País, — e essa é a orientação que, neste momento, este Ministério segue. Somos claramente solidários com as dificuldades que o País tem neste momento e não queremos que, amanhã, o ensino superior passe à margem ou seja considerado, pura e simplesmente, uma elite — e uma elite somente do ponto de vista financeiro. Não! Queremos, de facto, uma elite, mas uma elite ao serviço de Portugal e com uma característica, a solidariedade, que nos parece importantíssima.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Presidente: — Para formular uma pergunta, tem a palavra o Sr. Deputado João Pinho de Almeida.

O Sr. João Pinho de Almeida (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Ministro da Ciência e do Ensino Superior, nesta altura em que discutimos a realidade do ensino superior, propunha que fizéssemos todos uma pequena viagem exactamente pela realidade do ensino superior em Portugal. E para fazer essa viagem poderíamos utilizar dois meios de transporte: o teleférico, observando essa realidade por cima, ou o comboio, em que vamos percorrendo a realidade do ensino superior e podemos parar em várias paragens ou apeadeiros, conforme a terminologia que pretendemos utilizar.

O Sr. Bernardino Soares (PCP): — Com este Governo, é de carroça!

O Orador: — Acontece, Sr. Ministro, que a viagem de teleférico é desaconselhável. Foi um meio de transporte muito utilizado nos últimos tempos, era o meio de transporte preferido dos últimos governos, viajava-se por cima e, de vez em quando, lançavam-se, de pára-quedas, algu-

mas soluções, à espera que elas resolvessem os problemas. É, pois, necessário que façamos uma viagem pelo terreno, para que consigamos parar nas várias realidades e ter soluções para resolver os problemas.

E a primeira paragem que lhe proponho, Sr. Ministro, é exactamente aquela que está a fazer hoje, aqui, na Assembleia da República, para discutir com todos os grupos parlamentares as propostas e as ideias que o Sr. Ministro tem para o ensino superior,...

Vozes do PS: — Quais?!

A Sr.^a Luísa Mesquita (PCP): — Tem?!

O Orador: — ... de uma forma clara e aberta, como, aliás, sempre tem feito em sede de comissão e de Plenário.

Mas passemos a uma próxima paragem — e permita-me, Sr. Ministro, que tenha uma visão um pouco facciosa (assumo-o, desde já) que nos leve mais pela realidade e pela visão dos alunos, porque entendo que é aos alunos que tem de dirigir-se o ensino superior em Portugal —, junto dos estudantes, no início da sua vida no ensino superior, e vamos à questão das praxes.

Levantámos nesta Assembleia a questão das praxes porque nos parece importante. Entendemos que as praxes, como fomento do espírito de camaradagem e de integração dos alunos no ensino superior, são fundamentais, mas têm de ter regras claras, para que funcionem, única e exclusivamente, como isso.

A Sr.^a Luísa Mesquita (PCP): — Essa é que é a grande questão do ensino superior?!

O Orador: — Essa era a pergunta que queria fazer-lhe, Sr. Ministro, a de saber como está a ser feita a regulamentação das praxes no ensino superior.

Vamos à terceira paragem, a do financiamento, e vamos directamente à questão das propinas para não fugirmos ao tema.

No início da década de 90, a Juventude Popular disse claramente que era favorável às propinas se essas propinas fossem utilizadas para desenvolver o ensino superior e para proporcionar melhores condições aos alunos, e dizíamos claramente que a nossa posição era a de um «sim, se...» Hoje em dia, já não conseguimos dizer «sim, se...», limitamo-nos a dizer «talvez», porque queremos, primeiro, a garantia. Se não nos for garantido que essas propinas são, de facto, para investimento, são para melhorar as condições que os alunos têm à sua disposição no ensino superior, então, não aceitamos discutir a hipótese de aumento, nem sequer a questão das propinas.

Mas queremos também dizer que acreditamos que será este Ministério e este Ministro que vão conseguir apresentar uma proposta séria, permitindo que se crie um sistema de propinas igualmente sério.

Em relação à hipótese de um aumento progressivo das propinas para os alunos repetentes, quero só deixar uma ideia sintética, Sr. Ministro.

Em nosso entender, isso deve ser associado a um sistema de prescrições, mas não, claro, ao sistema de prescrições que hoje vigora, segundo a autonomia das universidades, e que, depois, nenhuma universidade utiliza, única

e exclusivamente porque isso as prejudica em matéria de financiamento.

O Sr. João Telxeira Lopes (BE): — Grande defesa dos alunos!

O Orador: — Queremos que as regras sejam claras e que um sistema progressivo de propinas seja associado a um sistema de prescrições.

Por outro lado, é necessário um sistema de acção social claro, que não distinga entre alunos do público e alunos do privado mas entre alunos com necessidades e alunos sem necessidades especiais.

A quarta paragem, Sr. Ministro, é a paragem da qualidade, uma paragem muito importante. Aqui, é preciso uma avaliação clara. Mas uma avaliação clara não só dos alunos mas também das instituições e dos cursos e, de uma vez por todas, uma avaliação clara, pública e com resultados dos docentes. É preciso que todos os intervenientes no ensino superior sejam avaliados, porque, de outra maneira, o ensino superior nunca vai ter qualidade.

A última paragem, Sr. Ministro, é a paragem do futuro, dos desafios que são lançados pelo futuro. E, numa lógica de jogo, numa lógica de *Trivial Pursuit*, a pergunta «para queijinho», a pergunta fundamental, é a de saber qual o futuro do ensino superior em Portugal. O que vamos fazer em relação à Declaração de Bolonha? O Sr. Ministro, diz, muitas vezes, e bem, que ainda não fizemos a «Bolonha nacional». Como é que vamos fazer a Bolonha europeia, a Bolonha internacional?

Por outro lado, há a questão da demografia. Como vamos reagir à evolução negativa da nossa demografia? Quanto à questão do *numerus clausus*, como vamos manter uma rede de ensino superior que seja presente em todo o País, com a evolução negativa da demografia?

Sr. Ministro, esta é uma viagem que alinha características de «montanha russa» com outras características de *Trivial Pursuit*. E vamos terminar com um jogo, na mesma. Mas não queremos o jogo do *Monopólio*...

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, o seu tempo esgotou-se. Tenha a bondade de concluir.

O Orador: — A minha intervenção também está quase a esgotar-se, Sr. Presidente.

Não vamos utilizar o jogo do *Monopólio*, do monopólio público, que foi um jogo datado e completamente ultrapassado; queremos que este seja o *Jogo da Glória*, um jogo que tenha uma vitória final, a vitória da qualificação dos portugueses, e que a glória seja exactamente a de termos novas gerações qualificadas, competitivas e que consigam levar o nome de Portugal muito mais longe.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro da Ciência e do Ensino Superior.

O Sr. Ministro da Ciência e do Ensino Superior: — Sr. Presidente, Sr. Deputado João Pinho de Almeida, vou tentar seleccionar três ou quatro pontos, aos quais, porventura, ainda não tenha dado resposta.

Começo por um problema que me parece extraordinariamente importante. Quando referimos sistematicamente a

qualidade — e acho que, neste momento, é muito complicado não pormos uma ênfase essencial na qualidade —, temos de ter em atenção que tem de existir uma rede equilibrada em termos geográficos. Isto é, se porventura nos cingirmos ao problema da qualidade, estamos praticamente a limitar o ensino superior ao litoral. E este é o grande desafio que temos em termos de rede: tem de ser uma rede equilibrada, que deve privilegiar a qualidade. E que conclusão poderemos retirar daqui para amanhã? Que porventura é necessário um apoio suplementar às regiões mais desfavorecidas, nomeadamente ao interior.

Em termos de *numerus clausus*, posso também adiantar-lhe, e isto vai um pouco ao encontro desta filosofia, que, se, hoje, terminássemos com o *numerus clausus* — e há apenas uma ou duas áreas, a saber as da Medicina e da Enfermagem, onde não se consegue satisfazer completamente as necessidades dos alunos, uma vez que, como sabe, hoje, o número de candidatos é inferior ao número de vagas, curiosamente até mesmo só no público —, considerando o público e o privado (e com uma tendência de redução que, nos próximos três anos, é da ordem dos 12 %, face à taxa demográfica, se porventura considerarmos que a taxa de aproveitamento no secundário se mantém), não tenho dúvidas de que o País, em termos de desenvolvimento, devido a assimetrias, corria sérios riscos. Isso leva-nos a manter esta situação, ainda que provavelmente com alguns sacrifícios, recordando que, neste momento, 80 % dos alunos da Universidade da Beira Interior são do litoral, são alunos deslocados.

Outra questão que o Sr. Deputado colocou e que não considero de menos importância é a das praxes, uma vez que ultrapassa em muito o direito de defesa individual. Aqui, há claramente um ataque ao direito individual de cada uma das pessoas.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — Agora, o que se passa, Sr. Deputado, é que a lei da autonomia universitária, que data de 1988, diz, no seu artigo 9.º, que o Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas deve apresentar ao Governo o regulamento, de modo a que o Governo o faça seguir para a Assembleia da República e, infelizmente, Sr. Deputado, isso não foi feito. No entanto, posso referir-lhe duas medidas que tomei: de imediato, alertei o Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas, assim como o Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos, para a necessidade de me enviarem esse regulamento. Estou a aguardar que ele me chegue a todo o momento e tenho conhecimento de que estão a trabalhar nisso.

Relativamente aos outros casos, posso garantir-lhe, Sr. Deputado, que na gaveta não ficam: ou vão ser encaminhados directamente para o Ministério Público, uma vez que não tenho, neste momento, um regulamento de disciplina que possa resolver essa situação, ou, se houver eventualmente algo que caiba na competência do Ministério, não deixarei de actuar.

Gostava, contudo, de chamar a sua atenção para um problema de que tive conhecimento há dias, que me deixou muito preocupado e que constitui, afinal, um prolongamento da questão das praxes. Trata-se do caso de um estudante que utilizou processos de fraude altamente condenáveis e sofisticados e ao qual, quando foi necessário

castigá-lo, se aplicou uma lei de 1933, que é a lei vigente. Ora, julgo que temos de corrigir estas situações.

Ainda dentro do tempo disponível, 50 segundos, gostaria de me referir ao problema da Declaração de Bolonha, do futuro do ensino superior em Portugal, ou seja, à «Bolonha nacional». Sr. Deputado, a nossa ideia é que a revisão da Lei de Bases do Sistema Educativo, que eventualmente terá outra denominação, em conjunto com o Ministério da Educação, já considere a nova perspectiva que nos é apresentada na Declaração de Bolonha. Contudo, não queremos com isto falar em homogeneização mas, sim, em harmonização, o que é completamente diferente. Quero que, no País, continuemos com a liberdade, não só de cultura como das próprias instituições. Não pode, porém, permitir-se que, amanhã, os nossos jovens tenham dificuldades a nível da mobilidade no espaço europeu, no que todos estamos interessados. Com certeza que eles por si só têm valor, mas, assim, através da legislação, vamos permitir reforçar esse valor.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Presidente: — Para formular uma pergunta, tem a palavra a Sr.ª Deputada Luísa Mesquita.

A Sr.ª Luísa Mesquita (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Ministro da Ciência e do Ensino Superior, coloco-lhe algumas questões que me parecem determinantes para sabermos se o Governo tem ou não alguma política relativamente às duas áreas cruciais para o desenvolvimento do País, que são o ensino superior público e a ciência e a tecnologia, para além daquilo que são o aumento das propinas e o estrangulamento financeiro de todas as instituições de ciência e tecnologia e também de ensino superior público.

O Sr. Ministro está quase há um ano em funções e tem-se limitado a repetir o preocupante diagnóstico destas áreas, sem conseguir adiantar uma linha relativamente às políticas que tem para estes sectores. A sua acção tem estado reduzida à azáfama dos cortes orçamentais, sustentada por acusações e suspeições a tudo e a todos.

Começamos pelo ensino superior, não por aquilo que faz, mas por aquilo que vai dizendo na comunicação social. E o Sr. Ministro demonstra algumas dificuldades em compreender que, em termos constitucionais, o ensino superior é um bem público, de acesso universal e não um reino privado, como o Sr. Ministro está convencido, de trânsito facilitado a algumas elites financeiras.

O Sr. Bruno Dias (PCP): — Muito bem!

A Oradora: — E porque é um bem público exige do Governo, e do Sr. Ministro, a responsabilidade social do seu funcionamento, da sua qualidade e do seu financiamento.

O Sr. Bernardino Soares (PCP): — Muito bem!

A Oradora: — O Sr. Ministro tem vindo a pôr em causa a gestão e a credibilidade das instituições de ensino superior público, ignorando os constrangimentos financeiros que a si, e ao seu Governo, deveriam responsabilizar.

Hoje existe uma fórmula de financiamento que pôs fim a compadrios e a ausência de rigor e de transparência na

afecção dos dinheiros públicos. Na nossa opinião, a fórmula deve ser aperfeiçoada, com maior objectividade e maior transparência, o que levará, obrigatoriamente, à ponderação de outros elementos que hoje não existem. E o Sr. Ministro sabe o que é que pretende alterar? Com que objectivos? Explique-nos, porque é hora!

A segunda questão prende-se com os objectivos da recentemente aprovada Lei da Qualidade do Ensino Superior, uma lei musculada que centraliza no Sr. Ministro todos os poderes para agir e que abre, escandalosamente, a porta ao financiamento do ensino privado com verbas do Orçamento do Estado.

Considera, ou não, o Sr. Ministro que o desenvolvimento, o ordenamento e a qualidade do ensino superior têm de ter como objectivo um verdadeiro sistema nacional público de ensino superior, capaz de responder às necessidades sentidas e antecipáveis do País e, simultaneamente, criar condições para a mobilidade entre áreas e níveis?

Ainda de acordo com a mesma lei, o sistema actual de ensino superior é binário, na nossa opinião, erradamente, e coloco-lhe, desde já, a terceira questão: não considera o Sr. Ministro que a diversidade se deveria colocar a nível de cada uma das instituições sem as discriminações existentes entre os ensinos politécnico e universitário?

O Sr. Bernardino Soares (PCP): — Muito bem!

A Oradora: — Não considera o Sr. Ministro que a articulação em rede, temática e territorial, constituiria uma importante racionalização dos recursos humanos e financeiros?

Finalmente, Sr. Ministro, a questão da autonomia. V.^a Ex.^a tem vindo a afirmar que é preciso rever a autonomia e acrescentar-lhe responsabilidade, porque os professores e os alunos são todos uns irresponsáveis.

Considera, ou não, Sr. Ministro, que as autonomias administrativa, financeira e patrimonial devem ser preservadas? Devem, ou não, ser alargadas aos institutos superiores politécnicos? Nós consideramos que sim e o Sr. Ministro pensa, tem alguma opinião ou não sabe nada sobre a matéria?

Vozes do PCP: — Bem perguntado!

A Oradora: — Quanto à ciência e tecnologia, Sr. Ministro, começo por lembrar-lhe que, em 1988, no seu tempo, se consagrou em lei que no prazo de 10 anos a despesa nacional de I&D deveria atingir 2,5 % do PIB. Estamos em 2003, já lá vão 15 anos e estávamos com 0,8 % do PIB; sabe o que é que o Sr. Ministro fez? Decretou o seu decréscimo!

O Sr. Bernardino Soares (PCP): — Muito bem!

A Oradora: — A opção das restrições orçamentais levou à fusão inexplicável de um conjunto de institutos, e já sabemos que outros estão «na calha». A avaliação posterior, dado que a anterior o Sr. Ministro não fez, já foi feita? Sabe porque é que a fez? Tem avaliações? Quais foram as conclusões?

Também sabemos que vai ser reduzido o número de trabalhadores que vêm dos anteriores institutos e que, como é óbvio, vão ficar no desemprego. E porque de trabalha-

dores contratados se trata, vinculados, precariamente à Administração Pública, quais foram os esforços que o Sr. Ministro desenvolveu junto do seu Governo, e particularmente do seu colega, o Ministro do Trabalho, para integrar na listagem vinda a público as medidas sociais de apoio ao pessoal docente e da investigação que o Sr. Ministro decida despedir, ou que leve as instituições a fazê-lo por falta de meios?

O Sr. Bernardino Soares (PCP): — Exactamente!

A Oradora: — Também não pensou nisso? Mas nós pensámos e, porque pensámos, apresentámos ontem um projecto de lei que garante o subsídio de desemprego a estes trabalhadores.

Aplausos do PCP.

Ainda outra questão. Como o Sr. Ministro deverá saber, foi realizada uma avaliação externa e independente às instituições públicas de I&D, que concluía e aconselhava o Governo a tomar algumas decisões, as quais foram reforçadas no relatório publicado em Março de 2001, que dizia o seguinte: é preciso reforçar a autonomia das instituições, é necessário e urgente rejuvenescer e aumentar os recursos humanos, pondo fim ao congelamento das novas admissões.

Sabe o que é que o Sr. Ministro e o seu Governo fizeram? Exactamente o contrário! Isto é, retiraram autonomia às instituições, congelaram as novas admissões, reduziram os recursos humanos e os recursos financeiros. Será que o Sr. Ministro pensa antes de tomar as decisões? Penso que não!

O Sr. Presidente: — Sr.^a Deputada, o seu tempo já terminou.

A Sr.^a Oradora: — Sr. Presidente, estou a terminar e se me autorizar colocarei a última questão.

O Sr. Presidente: — Tenha a bondade, Sr.^a Deputada.

A Oradora: — Sr. Ministro, a minha última questão tem que ver com os bolseiros, aqueles que respondem às necessidades de mais de 50% das actividades de investigação científica e tecnológica.

Os bolseiros têm um estatuto inadequado ao século XXI, que nos faz lembrar outros tempos: não têm direito a férias, não têm direito à segurança social. O Sr. Ministro sabe o que o Sr. Secretário de Estado, que está aí sentado a seu lado, lhes disse? «Os bolseiros que vão à vida»! O Sr. Ministro acha que deve alterar o estatuto ou também acha que deve mandar os bolseiros «à vida», assim como a investigação, a ciência e o ensino superior público em Portugal?

Aplausos do PCP.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro da Ciência e do Ensino Superior.

O Sr. Ministro da Ciência e do Ensino Superior: — Sr. Presidente; Sr.^a Deputada Luísa Mesquita, peço-lhe que me permita que eu tenha um pensamento diferente. Ou será

que, eventualmente, não estamos numa democracia e é necessário um pensamento unitário?

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Muito bem!

O Sr. **Lino de Carvalho** (PCP): — Até agora não disse nada!

A Sr.^a **Luísa Mesquita** (PCP): — Responda às questões!

O **Orador:** — Repito, permita-me Sr.^a Deputada, que tenha direito a ter um pensamento diferente.

Sr.^a Deputada, claramente, há um problema que nos divide: neste momento, o Governo fala em projectos de qualidade e terminou, felizmente, com este tipo de «caça às bruxas» entre os ensinos público e privado. Que fique perfeitamente claro que queremos projectos de qualidade e esses projectos de qualidade serão, na medida do possível — também tenho de ter a humildade de dizer isso —, igual e devidamente apoiados. Repito, que isto fique perfeitamente claro!

Agora, não tenho dúvida alguma em afirmar-lhe que temos situações em que há mais dificuldades e situações em que há menos dificuldades. É verdade! Há situações diferentes: há situações em que a qualidade, hoje, é francamente boa e há situações em que a qualidade é menos boa e é, fundamentalmente, com isto que estamos preocupados, porque temos uma preocupação com os alunos. Para nós, essa é a preocupação fundamental.

A Sr.^a Deputada referiu-se — e aí, sob esse ponto de vista, parece-me que se contradiz — ao bem público e à responsabilidade social. Com certeza que sim, Sr.^a Deputada, e é por termos a consciência da responsabilidade social que, em termos de acção social, consideramos como primeira prioridade todo o ensino superior, seja privado, seja público.

É, de facto, esta a nossa consciência social, neste momento.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.^a Deputada disse, também, que a lei da qualidade centraliza, escandalosamente, o ensino privado, mas digo-lhe e disse-o aqui, nessa altura...

A Sr.^a **Luísa Mesquita** (PCP): — Não foi nada disso que eu disse!

O **Orador:** — Dá-me licença? Se me der licença, agradeço.

Sobre a Lei n.º 1/2003, que foi aqui aprovada, digo-lhe o seguinte: tudo quanto foi necessário pedir quer ao Conselho Nacional de Avaliação do Ensino Superior quer ao próprio Conselho Consultivo está em andamento. E digo-lhe mais: em relação ao Conselho Nacional de Avaliação do Ensino Superior, as consultas foram feitas a 28 de Dezembro e aguardamos as respostas, nomeadamente porque consideramos que é urgente, é prioritário, que nos definam as exigências em termos de cursos e de instalações, de modo a que possamos vir a aprovar, rapidamente, os novos cursos que já temos em cima da mesa.

A Sr.^a Deputada referiu-se, ainda, ao problema do binário, mas, acima de tudo, penso que o que se passa aqui não é um problema de binário, é um problema de saber se

estamos dispostos, ou não, a ultrapassar as discriminações, pelas quais, infelizmente, todos somos responsáveis.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

Protestos do PCP.

Sr. Presidente, assim, é um bocado difícil responder.

O Sr. **Presidente:** — Sr. Ministro, não se impressione com a gesticulação dos Srs. Deputados, faz parte da dinâmica parlamentar.

O **Orador:** — Como dizia, todos somos responsáveis. É responsável a sociedade, sociedade essa que agora deu muito mais força ao título de «doutor» ou de «engenheiro»,...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O **Orador:** — ...assim como as próprias instituições, que, no sentido de captarem mais estudantes, tornaram, muitas vezes, a situação facilitada, e neste momento que estamos com um problema difícil, complicado, que todos temos de resolver.

Queria dizer-lhe ainda que penso haver lugar para os ensinos profissionalizante e académico. Se é em instituições autónomas ou na mesma instituição, não vejo que esse seja o problema principal. Na minha perspectiva, o problema principal é que acabem as discriminações e que a dignificação dos dois modelos seja idêntico, e espero que com os princípios da Declaração de Bolonha seja possível passar ou ultrapassar este hiato.

Quanto aos problemas da autonomia, sempre disse, e repito, que defendo um aumento da autonomia. Mas uma autonomia com mais responsabilidade, porque o passado me diz que há determinadas situações que têm de ser mais concretas, em que tem de haver responsabilidade a nível individual e não colectiva, de modo a resolver determinados problemas que existem e a ultrapassá-los.

O Sr. **Presidente:** — Sr. Ministro, o seu tempo esgotou-se, tenha a bondade de concluir.

O **Orador:** — Concluo já, Sr. Presidente.

A Sr.^a **Luísa Mesquita** (PCP): — E a ciência? A ciência?

O **Orador:** — Calma, vamos com calma!

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Com calma, não, porque o seu tempo já acabou!

O **Orador:** — Sr.^a Deputada, estamos a falar de bolseiros e é bom que tenhamos consciência do seguinte: em termos médios e admitindo que se trata de bolsas pós-doutoramento, os bolseiros ganham cerca de 200 contos durante 12 meses, livres de impostos, e mais 750 euros para uma viagem ou um congresso no estrangeiro. Não estamos a falar de indivíduos que ganham o salário mínimo nacional...

Risos do PCP.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Acha que deveríamos estar, Sr. Ministro?!

A Sr.^a **Luísa Mesquita** (PCP): — Isto é um escândalo!

A Sr.^a **Joana Amaral Dias** (BE): — Sr. Ministro, no pós-doutoramento?!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Ministro, o seu tempo está largamente esgotado, tenha a bondade de concluir.

O **Orador**: — Concluo imediatamente, Sr. Presidente.

Sr.^a Deputada, trata-se de um período de formação, como os próprios bolseiros sabem. Ser bolseiro, não é uma profissão, é uma situação provisória, após a qual devem ocupar um lugar, seja no Estado, seja numa empresa. Essa é que é a filosofia do bolseiro e não poderá ser a de que é um lugar contratado a tempo permanente. Não é essa a filosofia do bolseiro, nem em Portugal nem em qualquer sítio do mundo! Por isso, não me parece que se possa caminhar nesse sentido.

Agora, se há situações em que...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Ministro, pela terceira vez lhe digo que tem de concluir.

O **Orador**: — Muito obrigado, Sr. Presidente. Já conclui.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Joana Amaral Dias.

A Sr.^a **Joana Amaral Dias** (BE): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sr. Secretário de Estado, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Parece que foi em boa hora que o Governo decidiu dedicar este segundo debate sectorial à política para o ensino superior e investigação científica, tantas são as indecisões, as declarações contraditórias e os constantes zigzagues nas medidas anunciadas pelo Ministério.

Ainda agora o Sr. Ministro nos disse que o ensino superior não pode ser visto exclusivamente sob o ponto de vista orçamental, quando foi o Sr. Primeiro-Ministro que colocou esta questão das propinas na ribalta.

O Sr. **João Teixeira Lopes** (BE): — Exactamente!

A **Oradora**: — É certo que a ausência de rumo começa a ameaçar tornar-se a imagem de marca do Governo para o ensino superior, disfarçada, mas a indisfarçável, com a sensação de *dejá vu* de diálogo com parceiros sociais. O Governo sabe que quer mudar quase tudo, mas não tem ideias sobre quase nada, Sr. Ministro.

Ora, trata-se de uma forma, absolutamente inaceitável, de condicionar o debate público, não comprometendo o Governo com a apresentação das soluções que lhe competem. Sr. Ministro, o diálogo não se constrói sobre o vazio!

Suspender o processo de homologação das largas dezenas de licenciaturas pendentes no Ministério da Ciência e do Ensino Superior — não nos esqueçamos! — foi uma das suas primeiras medidas. Fez bem, Sr. Ministro, foi coerente com a análise, hoje consensual, que o elevado número

de cursos existentes no nosso país em nada tem contribuído para diversificar as opções do sistema, concentradas que estão num escasso número de áreas científicas e de regiões do País.

Uma análise que tinha sido partilhada até aqui pelo Governo e que torna ainda menos perceptíveis as últimas declarações, ainda agora, Sr. Ministro, quando afirmou pretender alterar a Lei da Autonomia Universitária por forma a permitir que as universidades privadas e os institutos politécnicos criem ou alterem cursos sem necessitar de homologação do executivo.

As declarações de um membro do Governo têm consequências políticas, não se compreendendo como é que se pode dizer uma coisa num mês, afirmar o contrário no seguinte e depois vir até aqui, ao Parlamento, desdizer tudo o que disse até aí, Sr. Ministro.

Ao contrário do que pretende fazer crer (como, aliás, afirmou em comissão parlamentar), esta não é uma questão de maturidade das instituições, é a própria lógica iminente ao mercado que retira credibilidade à sua proposta.

O mercado só reconhece necessidades lucrativas, não se preocupando com a cobertura nacional, evidentemente, e concentrando as suas ofertas onde se encontram os clientes. É por isso, Sr. Ministro, que cerca de 75% das vagas do ensino superior se concentram nas regiões do Porto e de Lisboa.

O Sr. **João Teixeira Lopes** (BE): — Muito bem!

A **Oradora**: — Ao contrário do que parece preconizar o Governo, a solução não se encontra em alargar a prerrogativa de que hoje dispõem as universidades públicas ao ensino politécnico e particular. Pelo contrário, urge encontrar processos eficazes de regulação que garantam a diversificação e a diversidade do sistema de ensino superior, como muito bem apontou o ex-Reitor da Universidade do Porto, o Prof. Dr. Alberto Amaral. Esse é o único caminho possível para a criação de uma rede coerente de ensino superior na globalidade do território nacional.

A pergunta que lhe quero aqui deixar, Sr. Ministro, é como é que pretende fazer a quadratura do círculo, compatibilizando a diminuição de cursos e diversificando as áreas científicas com o «cheque em branco» que aparentemente se prepara para conceder às instituições de ensino superior privado na abertura de novos cursos.

O Sr. **João Teixeira Lopes** (BE): — Muito bem!

A **Oradora**: — Ainda ontem ouvimos aqui a responsável pela pasta das Finanças dizer que entrámos num novo ciclo de desenvolvimento económico. Como que por artes mágicas, em apenas 10 meses, o Executivo afirma ter posto um ponto final ao modelo económico que há décadas assenta na vantagem competitiva dos salários baixos. Se não estivéssemos a falar de assuntos sérios, Sr. Ministro, seria comovente!

O Governo sabe, nós sabemos e os portugueses também sabem que o desemprego não pára de subir e também nos quadros qualificados e superiores. O Governo sabe que o nosso país é o que apresenta a menor percentagem do PIB afecta à investigação, registando ainda os piores níveis de qualificação de toda a OCDE. A necessidade de estabelecer um novo ciclo de desenvolvimento económico exige um investimento sério na qualificação científica e tecnoló-

gica e não, como tem sido o caso, de declarações de boas intenções.

Como principal responsável pelo esforço de investigação e desenvolvimento, ao Estado compete dar o exemplo. Não tem sido esse o caminho seguido nos últimos meses, como comprovam a continuada perda de autonomia dos institutos e laboratórios do Estado, a diminuição do esforço orçamental, o congelamento de novas admissões de investigadores nos 15 laboratórios associados ou a recusa de atribuição de estatuto a seis novos laboratórios.

O Sr. João Teixeira Lopes (BE): — Muito bem!

A Oradora: — A política restritiva defendida por este Governo é um factor de crise no único sector que poderia resolver a crise, pois precariza ainda mais uma carreira estratégica, não oferecendo condições de trabalho para quem quer investigar no nosso país. É, de facto, um erro, funciona como um convite para a emigração de «cérebros» e desaproveita o capital financeiro e humano em que o País tanto investiu.

Sr. Ministro, a segunda pergunta que lhe faço, pedindo-lhe que seja claro na resposta, é como é que pretende resolver a outra quadratura do círculo, ou seja, como é que vai criar as bases para a modernização estratégica de que o País necessita com a diminuição da autonomia dos institutos e a redução do orçamento em ciência e investigação.

Sinceramente, Sr. Ministro, com esta política de um passo à frente e dois atrás não acreditamos que o consiga e esse é todo o caminho que nos separa.

Aplausos do BE.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro da Ciência e do Ensino Superior.

O Sr. Ministro da Ciência e do Ensino Superior: — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada Joana Amaral Dias, provavelmente, na feitura desse documento que leu, esqueceu-se que não é preciso a lei de autonomia para que, eventualmente, os politécnicos, as universidades e os privados sejam tratados da mesma maneira. A própria lei que foi aprovada em Janeiro de 2003 já o prevê e por isso não é precisa a lei da autonomia. Era bom actualizar essa situação, que é importante. Neste momento, ela já está consagrada na legislação.

Sr.^a Deputada, percebo claramente a sua intervenção e ela está a criar-lhe uma certa dificuldade, pois a vossa crítica é meramente destrutiva. Estamos num período em que vos peço que construam, em que peço que tenham uma acção pela positiva e os senhores mostram-se completamente incapazes de responder a esta situação. Mas não faz mal, Sr.^a Deputada, não se aflija porque em breve terei de voltar aqui ao Plenário, tenho muito gosto nisso, para apresentar as leis; nessa altura, como já lhe apresento as leis, provavelmente a sua crítica é oportuna, mas neste momento permita-me que, na qualidade de Ministro, possa escolher a melhor metodologia.

Ora, para mim, para o Governo, a melhor metodologia neste momento é termos um período activo, em que todos possam ser ouvidos e possam construir. Neste momento, são eles próprios que estão interessados em construir e são

eles que conhecem as instituições melhor do que ninguém. O que encontramos aqui, talvez por cansaço e sem esperança absolutamente nenhuma, é um discurso de destruição, que não é o do Governo.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Sr.^a Deputada, insisto em que não se preocupe com a dicotomia entre o privado e o público.

A Sr.^a Joana Amaral Dias (BE): — Preocupo-me, sim!

O Orador: — Parece que é uma preocupação permanente que está no seu espírito, que é uma perseguição permanente. Mas já respondi que apostamos em projectos e em instituições de qualidade, fundamentalmente porque achamos que essas são as mais importantes para os nossos jovens, para que eles possam singrar num mundo praticamente globalizado.

A Sr.^a Deputada falou também no problema da ciência, e não queria deixar de lhe responder.

Neste momento, estamos a gastar, em termos de ciência, 0,8 % do PIB. Posso dizer-lhe que foi a própria União Europeia que apontou a meta de 3 % do PIB para 2010. Mas os senhores, que utilizam esse número, nunca dizem que 2 % devem ser das empresas. Por isso, em termos de Portugal, trata-se apenas de 1 %. Ora, estou convencido que, neste período que vai até 2010, podemos, em termos do Estado, responsabilizarmo-nos por este valor.

Mas também lhe queria dizer mais algumas coisas, para que não fiquem dúvidas.

Sr.^a Deputada, de facto, o problema de que se fala quanto à perda da autonomia fica automaticamente ultrapassado quando disser que, neste momento, estão preparadas todas as estruturas de finanças para tornar mais rápido este processo — é verdade que o processo é burocrático — e, simultaneamente, elas estão preparadas para fazer os adiantamentos em termos de contratos que as instituições possam fazer. No fundo, o inconveniente é apenas que, de facto, há um controlo mais apertado do Ministério das Finanças; é só isto e não tem mais nenhum inconveniente!

Vou dar-lhe o exemplo do Instituto de Meteorologia, que pode continuar, através deste processo, a fazer os contratos em que, porventura, esteja interessado.

A Sr.^a Deputada falou nos laboratórios associados. Sr.^a Deputada, não temos dúvidas absolutamente nenhuma em dizer que, eventualmente, necessitamos de maior reforço em relação à ciência e à tecnologia. Não temos dúvidas nisso, mas também tivemos o cuidado de salvaguardar aqueles que existem. Poderíamos ter agarrado na verba e tê-la distribuído, mas não. Preferimos, neste momento, garantir os 15 laboratórios associados que existem e não avançar com mais seis. Mas esperamos, a curto prazo, poder resolver essa situação.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr. Joana Amaral Dias (BE): — E o que se passa nesses 15?

O Sr. Presidente: — Estava ainda inscrita, para usar da palavra, a Sr.^a Deputada Isabel Castro. Porém, ela comunicou à Mesa que não o poderá fazer porque teve de sair,

infelizmente por ter recebido a notícia de que a sua mãe se encontra muito doente. Faço votos pelas rápidas melhoras da senhora.

Passamos, então, à segunda ronda de perguntas, durante a qual cada um dos intervenientes dispõe de 3 minutos. O primeiro orador é o Sr. Deputado Jorge Nuno Sá, a quem dou a palavra.

O Sr. **Jorge Nuno Sá (PSD)**: — Sr. Presidente, queria começar por, em nome do PSD, deixar uma palavra à Sr.^a Deputada Isabel Castro, esperando que tudo corra pelo melhor.

Sr. Presidente. Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Ministro: Queria começar por saudar o Governo, e particularmente o Sr. Ministro do Ensino Superior, pela forma como tem conduzido a discussão deste importante pacote legislativo sobre o ensino superior. Há um tempo para discutir, há um tempo para o diálogo, há um tempo para o consenso, e é esse que vivemos hoje, e depois há um tempo para decidir. Este é o método correcto, este é o método a que todos estamos obrigados e hoje, aqui, todos estamos convocados a participar nesta acção.

Srs. Deputados, não podemos reduzir toda a discussão sobre o ensino superior ao maniqueísmo do «pagamos» e «não pagamos». É que o principal problema do ensino superior não é dinheiro, é a qualificação do sistema, e desta vez temos de nos entender para sempre.

Neste amplo debate, até os próprios dirigentes académicos — e têm-no provado, nas várias iniciativas onde o Sr. Ministro tem estado presente — estão preocupados com a avaliação, com a autonomia, com a mobilidade, e não podemos ser nós, os Deputados, os políticos, a reduzir tudo isto à discussão do dinheiro. Não podemos reduzir a amplitude do debate ao «pagamos, não pagamos».

Aproveito também para dizer ao Sr. Deputado Augusto Santos Silva que receitas próprias não são apenas próprias.

Risos do PS.

Por amor de Deus, o PS não evoluiu nadinha nesta matéria! Basta olhar, por essa Europa fora, para a ligação das universidades à sociedade e às empresas e ver aquilo que elas conseguem gerar de receitas próprias. Não reduzam o debate, não sejam redutores no pensamento! Não aprenderam nada em seis anos! É só Estado e mais Estado e subsidiodependência do Estado!

Aproveito ainda para lhe dizer o seguinte: vejam lá se se entendem no PS porque ainda esta semana os artigos do Eng.^o João Cravinho não correspondem bem à sua intervenção, aqui, no Plenário. Mas esse é um problema vosso, no qual não me quero intrometer.

Sr. Ministro, queria perguntar-lhe o que pensa da actual situação da Acção Social Escolar. Além da elementar justiça de a alargar aos alunos do privado, e bem — pelo que já hoje disse aqui —, pergunto se mesmo no público não há necessidades que têm de ser colmatadas. É que a justiça social faz-se através da Acção Social Escolar,...

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador**: — ... e para o acesso ao ensino superior ser, de facto, universal, têm de ser alteradas as regras da Acção Social Escolar, em Portugal.

Sobre outra questão que aqui foi levantada, queria pedir-lhe, Sr. Ministro, que explicasse melhor a situação dos bolseiros. É que me parece que estamos a entrar numa lógica de que tudo é Estado, tudo tem de ser Estado.

E já que se falou há pouco em meios de transporte, vejo que alguns nem com o salto à vara conseguiram passar para o lado de cá do muro, apesar de ele já ter caldo há alguns anos atrás.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O **Sr. Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro da Ciência e do Ensino Superior, para responder. Dispõe de 3 minutos.

O **Sr. Ministro da Ciência e do Ensino Superior**: — Sr. Presidente, se me permite, queria começar por lamentar a razão que levou a Sr.^a Deputada Isabel Castro a ausentar-se, esperando que tudo corra o melhor possível. São estes os meus desejos.

Sr. Deputado Jorge Nuno Sá, há um problema que é muito claro quanto à Acção Social Escolar: é que ela tem de ser reforçada. Mas ela tem de ser reforçada sem demagogia, e chamo a atenção para um problema que sucedeu. Uma associação de estudantes escreveu uma carta aos Srs. Professores em que lamenta profundamente que tenha havido o aumento do preço de uma cama de 6400\$ para 10 500\$ — o que, repare, Sr. Deputado, já não se fazia há sete anos —, tendo sido dito que isto correspondia a um aumento de 60%, quando tal já não se fazia há sete anos!

A Sr.^a **Luísa Mesquita (PCP)**: — E não foi?!

O **Orador**: — Mais: escondeu-se, infelizmente, o que é grave, que essa situação dos bolseiros sou eu que pago...

Vozes do PCP: — «Eu!?»

O **Orador**: — ... é o Ministério que paga. Reparem: é o Ministério que paga! Parece-me que, com estas demagogias, com cartas, que são demagogia barata, isto não é acção social!

Até adianto um pouco mais e há situações em que devemos pensar um pouco. Repare, Sr. Deputado, que temos falado em termos de financiamento, em termos de despesas correntes. Claro está que, neste momento, a fórmula está desadaptada, mas é necessário continuar com o sistema da fórmula, porque ela é, acima de tudo, um sistema objectivo e não subjectivo.

Repare que já não posso dizer o mesmo em relação aos investimentos que são feitos, que provavelmente são perfeitamente discricionários, assim como a verba que é gasta neste momento na acção social. Por isso é que me parece que são extremamente importantes dois pontos, que são mesmo fundamentais: primeiro, o reforço e alargamento da Acção Social Escolar, sem dúvida nenhuma! Segundo, a existência de equilíbrio entre as diversas instituições do ensino superior, o que infelizmente não acontece.

Neste momento, está em fase de execução um estudo que pedi ao Conselho Nacional da Acção Social do Ensino Superior, que esteve parado durante três anos e onde

os alunos têm eventualmente assento, de modo a rapidamente ultrapassar estas injustiças.

Há ainda um problema que me parece importante e que valia a pena abordarmos. Trata-se do problema da avaliação das instituições do ensino superior. Mas espero ainda ter tempo para falar nisto, porque é necessário, claramente, reforçar estas avaliações.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado António Braga, que dispõe de 3 minutos.

O Sr. António Braga (PS): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, vamos ver se nos entendemos: não quero acreditar que, para si, as palavras têm mais força do que as ideias, mas parece que sim! E também não queria que o Sr. Ministro ficasse para a história como uma espécie de Ministro «queixinhas», que não toma decisões.

A primeira questão que lhe queria colocar tem a ver com o seguinte: o Sr. Ministro pediu na Comissão a aprovação urgente de uma lei e teve-a! Mas o Sr. Ministro não regulamenta a lei, não a aplica, governa há 10 meses e cortou no Orçamento do Estado. Será que não aplica a lei porque o conselho nacional passou a conselho consultivo, aquele que queria criar, o tal «musculado» presidido por si?

Sr. Ministro, as ideias têm de ser consistentes com o texto da lei que saiu da Assembleia da República. Ora, o Sr. Ministro cancelou o Programa Ciência Viva, destruiu a fórmula de financiamento, cortou 3,3 % no Orçamento do Estado! Com as suas ideias, lançou a confusão em toda a política do ensino superior e também na da ciência.

A questão central é esta: o Sr. Ministro lança um debate sobre alterações que diz querer propor, nomeadamente para autonomia do ensino superior.

O Sr. Jorge Nuno Sá (PSD): — E bem!

O Orador: — Mas é possível que quem lança o debate fique calado, mudo, silencioso?! O Sr. Ministro quer lançar o debate, ouve tudo e toda a gente dar-lhe opiniões, mas não tem uma ideia, não tem sequer uma proposta que possamos conhecer para discutirmos?

O Sr. João Pinho de Almeida (CDS-PP): — Tem!

O Orador: — Faz-me lembrar uma peça de teatro surrealista em que os actores vão para o palco sem cenário (o cenário fica à imaginação dos espectadores), não têm texto (o texto surge das manifestações dos espectadores) e em que não se sabe como é que a peça vai concluir, nem quando!

Protestos do Deputado do CDS-PP João Pinho de Almeida.

Isto, Sr. Ministro, é a negação absoluta de quem tem responsabilidades governativas! O senhor não é Ministro para se queixar, é Ministro para propor e para trazer propostas concretas, nomeadamente à Assembleia da República.

O Sr. Jorge Nuno Sá (PSD): — E o vosso contributo?

O Orador: — E é na base das propostas do Governo e do Sr. Ministro que todos se devem pronunciar!

Então, cabe na cabeça de alguém que um Governo que é eleito com um Programa, aliás, que diz ter um Programa, venha depois lançar um debate sobre a autonomia universitária, sobre o financiamento, sobre a Acção Social Escolar, dizendo «agora, não dizemos nada; queremos que nos digam tudo»?! Mas onde é que isso se passa, Sr. Ministro?! Estamos numa democracia! Estamos num Estado de direito, que elegeu o seu Governo para tomar decisões e fazer propostas!

É que nunca vamos longe quando não sabemos para onde queremos ir. E a questão, Sr. Ministro, é justamente esta: o senhor comprometeu-se, na Comissão de Educação, Ciência e Cultura, que quando viesse a Plenário nos dizia o que pensava e o que propunha relativamente a essas alterações.

Vozes do PS: — Está nas actas!

O Orador: — O Sr. Ministro comprometeu-se! Agora não nos vai desiludir! O Sr. Ministro não pode sair do Plenário da Assembleia da República sem dizer o que pensa das alterações à autonomia; do reforço ou não da legitimação dos órgãos internos na Universidade; do alargamento ou não do universo eleitoral; do reforço ou não dos poderes dos órgãos das universidades; sem dizer o que pensa do enquadramento quanto ao sistema binário, o que pensa do financiamento, etc...

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, o seu tempo esgotou-se. Tenha a bondade de concluir!

O Orador: — Vou terminar, Sr. Presidente, dando só um exemplo: o Sr. Ministro pode dizer-nos o que tenciona fazer em relação ao processo Bolonha? É que, sobre isso, o Sr. Ministro nada nos diz! Trata-se de um processo que está a decorrer, a Europa está a trabalhar nele. Portugal fica parado? Este é um exemplo. Ou ainda, por exemplo: o Instituto de Investigação Científica Tropical fica parado, sem direcção?

Estas são, pois, questões concretas a que, juntamente com as outras, o Sr. Ministro não pode eximir-se a responder.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro.

O Sr. Ministro da Ciência e do Ensino Superior: — Sr. Presidente, Sr. Deputado António Braga, recordo-lhe que a forma de financiamento utilizada este ano é igual à que foi utilizada no vosso tempo,...

Protestos da Deputada do PS Isabel Pires de Lima.

... é igual àquela que sempre foi utilizada em todos os governos.

O Sr. António Braga (PS): — Olhe que não!

O Orador: — Olhe que essa frase não é sua! Posso ainda dizer-lhe que foi chamada a mesma técnica e que os valores da convergência foram propostada-

mente idênticos para que, eventualmente, amanhã, não viessem fazer essa acusação.

De qualquer modo, Sr. Deputado, se porventura reconheço que o Ministério, no conjunto, teve uma quebra de 3,6 % ou 3,7 % — agora não me recordo bem — também posso dizer que o ensino superior teve uma subida de 2,7 %! Que isto fique perfeitamente claro!

Protestos do PS.

O Sr. António Braga (PS): — Não é verdade!

O Orador: — Sr. Deputado, é isto que lhe posso dizer: teve um aumento de 2,7 %!

O Sr. António Braga (PS): — Olhe que nós temos actas das sessões!

O Orador: — Em termos de proposta, sinceramente prefiro retirar das suas conclusões de que era «preso por ter cão» ou «preso por não ter cão» e não que é uma demonstração da incapacidade de vocês apresentarem propostas alternativas.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. António Braga (PS): — Mas alternativas a quê?!

O Orador: — Essa é que é a minha preocupação!

Acredito e faço-lhe justiça de que não é essa a situação, mas sim, pura e simplesmente, dentro de uma dialéctica do «ter cão» e «não ter cão». Como a metodologia não é a vossa, provavelmente não estão de acordo. Mas volto a dizer que estou bastante satisfeito pelas manifestações (umas contra, outras a favor) que tenho recebido no Ministério. Penso que tem sido um período extraordinariamente rico.

Protestos do PS.

E gostava de esclarecer — porventura, o Sr. Deputado está adiantado no tempo — que a partir de Março e até ao final de Abril vamos apresentar essas propostas de lei. Os senhores vão, então, ter toda a liberdade de criticar aquilo que quiserem. Mas, perdoe-me que lhe diga, Sr. Deputado, não espero que o partido maioritário da oposição utilize esse sistema. Tal como lhe disse há pouco, estou plenamente aberto a que se consiga um consenso o mais alargado possível!

O Sr. António Braga (PS): — Consenso em torno de quê?

O Orador: — Acredito que as nossas propostas sejam boas mas também acredito que os outros tenham ideias e propostas tão boas ou melhores do que as nossas. Por isso, estou perfeitamente aberto a alargar o mais possível o consenso sobre essas leis, porque estamos a falar de leis extraordinariamente importantes para o ensino superior e que não se podem andar a mudar todos os anos.

Gostava ainda de referir-me ao Programa Ciência Viva, mas o tempo já não me permite. Por isso, prometo-lhe que numa das próximas respostas vou retirar tempo para lhe falar sobre esta matéria.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado João Abrunhosa.

O Sr. João Abrunhosa (CDS-PP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Ministro, longos e longos anos de sectarismo, de despotismo auto-iluminado, de liberalismo anti-clerical, de jacobinismo e ditaduras, cujos denominadores comuns foram a repressão secular das liberdades, a perseguição de pessoas e instituições e o seu cariz invariavelmente estatizante e centralista sedimentaram na mentalidade portuguesa a ideia generalizada de que o ensino é coisa do Estado e que o ensino particular é coisa mais ou menos tolerada, mais ou menos estilizada, tal como hoje se ouviu. Sedimentaram uma mentalidade em que abundam os preconceitos e escasseiam os conceitos de modernidade. Esta mentalidade é sobretudo notável e denotada num sector — o do ensino superior.

O artigo 43.º da Constituição, de 1976, consigna de forma lapidar a liberdade de ensinar e de aprender. Em tempos marcadamente ideológicos, a Assembleia Constituinte consagrou este princípio fundamental de viabilização e sustentação de todas as liberdades,

O Sr. João Pinho de Almeida (CDS-PP): — Muito bem!

O Orador: — ... o que levou Adelino Amaro da Costa, a partir desta bancada, em Outubro de 1975, a saudar tal facto como uma vitória histórica e definitiva da unidade da família portuguesa...

O Sr. João Pinho de Almeida (CDS-PP): — Muito bem!

O Orador: — ... e que demonstrou que «Deus escreve direita» até por linhas «de esquerda».

O Sr. João Pinho de Almeida (CDS-PP): — Muito bem!

O Orador: — Vitória histórica será a de V. Ex.ª, Sr. Ministro, e do Governo no momento em que o ensino e a liberdade de ensinar se concretizará, em plenitude, ao tornar-se extensível a todas as áreas do saber, sem redutos de exclusividade estatal ou corporativista, quando o ensino da medicina for acessível efectivamente à livre iniciativa da sociedade, sem prejuízo ou diminuição da função fiscalizadora do Estado, quanto à credibilidade das instituições que o promovem e quanto à qualidade exigível em matéria tão sensível.

Daí, a minha pergunta (e única pergunta), que é um pedido de informação mais detalhada quanto ao processo inadiável de abertura de cursos de formação médica ao ensino particular.

De duas coisas estou certo. Em primeiro lugar, de que a estatura ética, científica e política de V. Ex.ª garante a boa condução de um processo que é complexo; e, em segundo lugar, que nas decisões que o Governo tomará ponderará a reconhecida falta de técnicos; as listas de espera; a crescente invasão de técnicos vindos do exterior; as humilhantes e desumanas filas de pessoas para se inscreverem nos centros de saúde; a insuficiente ou nula cobertura

do interior; a anunciada reorganização do sistema hospitalar com mais hospitais e, sobretudo, o êxito também de jovens a estudar no estrangeiro.

Mas nós temos de pensar em termos estratégicos: pensar nos países africanos de língua portuguesa; pensar nas comunidades portuguesas da Europa, da América e de África; e devemos pensar na presença de técnicos portugueses no mercado global, onde devemos estar sempre presentes, porque é o mercado de todos nós.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro da Ciência e do Ensino Superior.

O Sr. Ministro da Ciência e do Ensino Superior: — Sr. Presidente, Sr. Deputado João Abrunhosa, valeria a pena fazer aqui uma pequena introdução para lhe dizer o seguinte: neste momento, quando apostamos, quer no ensino público quer no privado, apostamos fundamentalmente na qualidade, venha ela de onde vier. Por isso, para nós, neste momento, a origem não nos interessa. O prioritário, neste momento, é garantir que os projectos têm qualidade e quanto a isto, Sr. Deputado, seremos rigorosíssimos. Quando se fala em termos de qualidade, infelizmente em todos os patamares temos situações com mais qualidade e situações com menos qualidade.

O Sr. Deputado falou no problema da abertura dos cursos médicos no ensino privado. Como V. Ex.^a provavelmente terá conhecimento, há um grupo/missão vindo já da altura do Partido Socialista que tem feito um bellissimo trabalho, de tal maneira que o nosso Governo acabou por voltar a nomear o mesmo grupo. Em relação a essa função temos em consideração três factores importantes: primeiro, a qualidade do corpo docente; segundo, as infraestruturas e os equipamentos; terceiro, a unidade hospitalar em termos de apoio. São estes três pontos que nos têm levado, exclusivamente, a balizar o nosso caminho no sentido de poder ou não aprovar.

Repare, Sr. Deputado, nós próprios somos muito sensíveis ao facto de muitos jovens terem, provavelmente, de abandonar o País por falta de meios no seu próprio país. Por isso, dou-lhe já uma resposta: não pretendemos, de modo algum, que o ensino superior ande a reboque do mercado, mas também queremos que o ensino superior tenha a sensibilidade sobre as expectativas em relação ao mercado, o que é completamente diferente!

Por isso, julgo que quando aparecer um processo de qualidade não teremos quaisquer dúvidas em poder aprová-lo.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Dias.

O Sr. Bruno Dias (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Ministro, para uma discussão séria sobre o ensino superior, temos de partir de um princípio: a educação não é um jogo nem é um passeio; não é um favor, não é um luxo e muito menos pode ser um negócio. A educação é um direito fundamental, consagrado na Constituição, e que o Estado tem a obrigação de garantir!

O Sr. Bernardino Soares (PCP): — Muito bem!

O Sr. Jorge Nuno Sá (PSD): — Não é nada disso!

O Orador: — E enquanto o Sr. Ministro e o seu Governo insistem na tal teoria do «nem todos podem ser doutores», é preciso recordar que o nosso país não tem licenciados a mais, tem a menos!

Somos o país da União Europeia com a menor taxa de licenciados na população activa: a média comunitária é de 21,2 % — Portugal está nos 9,8%, ou seja, menos de metade, o que significa que o País não se pode dar ao luxo de não investir numa educação pública gratuita e de qualidade ou de empurrar para o estrangeiro os investigadores que ganham em Portugal esse «balúrdio» de 200 contos por mês, como diz o Sr. Ministro.

O Sr. Bernardino Soares (PCP): — Muito bem!

O Sr. Jorge Nuno Sá (PSD): — Nada disso!

O Orador: — O Sr. Ministro ainda há pouco se descaiu, lembrando que Portugal é o país europeu onde a formação de cada estudante sai mais barata ao Estado. São justamente os estudantes portugueses e as suas famílias quem, já hoje, paga mais em toda a Europa para frequentar o ensino superior público. A resposta do Governo é aumentar as propinas!

A Sr.^a Luísa Mesquita (PCP): — Exactamente!

O Orador: — Assim, e como o Governo investe ainda menos, os estudantes já estão a gastar ainda mais! Veja-se o escandaloso aumento de 60% nos preços das residências, as quais, de resto, respondem às necessidades de pouco mais de um décimo dos estudantes deslocados.

O Sr. Honório Novo (PCP): — É verdade!

O Orador: — O Sr. Ministro diz que é demagogia, mas é a pura realidade!

A Sr.^a Luísa Mesquita (PCP): — Claro!

O Orador: — É uma Acção Social Escolar financeiramente asfixiada, incapaz de democratizar a sua frequência e combater desigualdades. A maior parte das bolsas atribuídas, por exemplo, Sr. Ministro, não chegam sequer para pagar as propinas — o dinheiro regressa ao Estado!

Neste quadro, Sr. Ministro, neste País, que foi o único da União Europeia onde caíram os salários reais e o poder de compra, o que o Governo vai fazer com o aumento das propinas é penalizar ainda mais os estudantes e as suas famílias. E a isso o PCP não diz sim, nem diz talvez; diz, claramente, não!

O Sr. Jorge Nuno Sá (PSD): — É a mais pura demagogia!

O Orador: — O Sr. Ministro afirma, por exemplo, concordar com as prescrições. Mas depois, quanto ao insucesso escolar, limita-se a passar aos estudantes um atestado de incompetência.

Sr. Ministro responda directa e claramente, ao menos desta vez: está convencido de que o insucesso escolar é da exclusiva responsabilidade dos estudantes? O problema aqui sempre é a tal ideia de se «aprender sem esforço», como o Sr. Ministro disse há dias?

Não queira passar ao lado do desrespeito a que se assiste no País em relação ao estatuto do trabalhador-estudante; nem da gritante falta de condições a que estudantes e professores estão sujeitos; nem das instalações «definitivamente provisórias»; nem da falta de espaço, de salas, de materiais, de cantinas!

Aliás, surge agora outra linha de ataque com o esvaziamento de poderes dos órgãos de gestão e o ataque cerrado à gestão democrática das escolas e à participação dos estudantes. Não lhe parece, Sr. Ministro, que sobram os obstáculos e faltam as soluções, a vontade política e o investimento para uma escola pública de qualidade, efectivamente democratizada? E já agora, Sr. Ministro, diga-nos lá se não julga que está a fazer um belíssimo serviço a grandes sectores do poder económico?

Aplausos do PCP.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro.

O Sr. Ministro da Ciência e do Ensino Superior: — Sr. Presidente, Sr. Deputado, pelo esforço que fizemos em 30 anos, temos a consciência de que a nossa taxa é razoável, mas queremos mais!

O Sr. Bruno Dias (PCP): — A taxa de quê?

O Orador: — É razoável, na ordem dos 40% em relação aos 18 a 24 anos, que é a taxa que se utiliza a nível internacional.

O Sr. Bruno Dias (PCP): — Mas qual taxa?

O Orador: — De qualquer maneira, chamo-lhe a atenção para que os países que têm as taxas mais elevadas consideram o nível terciário, que vai além do que nós temos neste momento, que já vem ao caminho da aprendizagem ao longo da vida, dos pós-secundários...

Estou, pois, totalmente solidário consigo quando diz que queremos elevar a nossa taxa. Penso que nem vale a pena dizer se a taxa é baixa ou se é alta. Eu quero mais! Quanto a isso, não tenhamos dúvidas!

Agora, o que lhe digo é que quero que tal seja feito através de cursos de qualidade e com expectativas para os jovens. Não se trata de colocar os jovens, pura e simplesmente, com uma finalidade estatística. Não, Sr. Deputado! Isso nunca farei! O Governo quer assumir responsabilidades sob o ponto de vista social em relação aos resultados desses jovens.

Vozes do PSD: — Exactamente!

O Orador: — É o caso que sucede neste momento, em que temos problemas em termos de emprego, perguntando muitos jovens como é que se chegou a esta situação. Por conseguinte, assumimos que queremos aumentar a taxa, mas queremos também cursos com qualidade e que tenham expectativas de saída profissional.

Quanto à referência que o Sr. Deputado fez sobre eu ter-me «descaído», quero dizer-lhe que não me descaí, Sr. Deputado. Disse aquilo que é a realidade. Conheço bem o sistema e não quero esconder nada a ninguém!

O que tenho que dizer, quando fala outra vez em 60 % de aumento das bolsas, é que o Sr. Deputado está a esquecer-se de que esse valor esteve seis anos parado em termos de aumento. Trata-se de um aumento de 6500\$ para 10 500\$. E, repare, a bolsa foi aumentada em função disso. A verba dos bolseiros foi, pois, aumentada!

Os senhores nunca o referiram, e isso é que é demagogia, é falta de seriedade!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Deputado referiu-se também ao insucesso escolar. Sr. Deputado, não vale a pena andarmos com demagogias e com mais seminários, porque o problema do insucesso escolar está enunciado com uma clareza tremenda pelo Sr. Professor José Tavares, que lecciona Ciências de Educação na Universidade de Aveiro.

A Sr.^a Luísa Mesquita (PCP): — Então e o Governo?!

O Orador: — Os factores estão referidos neste documento do Conselho Nacional de Educação — nem vale e pena citar mais — que enuncia que há vários responsáveis, entre os quais existem factores de sucesso e factores de insucesso. Portanto, com certeza que os factores exclusivos não são só os alunos, mas os alunos também têm responsabilidade. É verdade! Não vale a pena negar!

Mas também outros factores. Posso até citar-lhe alguns! Por exemplo, há um elemento — que tanto os fez rir há pouco — que diz claramente que um dos factores do insucesso académico apresentado em termos de alunos é o medo da praxe. Este elemento foi apresentado por um especialista em educação, Sr. Deputado.

Por isso, o que se passa,...

O Sr. Presidente: — Sr. Ministro, o seu tempo esgotou-se. Tenha a bondade de concluir.

O Orador: — Vou concluir, Sr. Presidente, lembrando ao Sr. Deputado que há uma linha de um programa do QCA, que aliás foi da responsabilidade do governo anterior e com o qual estou totalmente de acordo, que diz respeito à taxa do combate ao insucesso escolar. Ora, quanto a este aspecto, quero dizer que, infelizmente, a verba que deveria ter sido gasta nos primeiros anos apenas foi coberta em cerca de 30 %, o que é perfeitamente lamentável uma vez que as instituições tinham possibilidade ter feito um combate eficaz ao insucesso escolar para não se andar agora com demagogias.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Gonçalo Capitão.

O Sr. Gonçalo Capitão (PS): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, por parte do PSD, o Sr. Ministro hoje não tem defesa! E não tem defesa porque não precisa!

É evidente o sentido de Estado com que vem discutir matérias que podiam ter ficado no seu gabinete. E é

também saudável o ímpeto reformista com que traz aqui matérias como a autonomia, o financiamento e a lei de bases.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. António Braga (PS): — Mas trouxe?!

O Sr. Bruno Dias (PCP): — Não é necessário!

O Orador: — Eu é que avalio o que é necessário na intervenção do PSD, se me dá licença!

Aplausos do PSD.

As preocupações do Partido Socialista neste debate começaram por ser sérias, mas erróneas! Começaram por falar de propinas quando isso está longe de ser a nossa maior preocupação.

O Sr. Jorge Nuno Sá (PSD): — Exactamente!

O Orador: — A seguir, o Sr. Deputado António Braga, que muito respeito, não fez uma peça surrealista, mas com certeza que fez uma opereta que não apreciámos tanto. Porquê? Porque começou por apresentar um enredo relativamente sádico e quase torcionário, e acabou num aspecto masoquista. Porque defender que o Governo traga cá propostas quase fechadas é equivalente a espelhar mais aquilo que não se fez nos seis anos e meio anteriores.

Protestos do PS.

O Sr. Jorge Nuno Sá (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Aliás, nestas áreas, diria que todos os contributos são válidos.

Vou citar um, que diz: «A partir do ano lectivo de 2004/2005, o acesso ao ensino superior universitário como politécnico vai exigir uma classificação de 9,5 valores» e, mais adiante, «(...) com isso terminaria finalmente o escândalo nacional. Na generalidade das universidades e politécnicos poucos factores favorecem a recuperação da má preparação inicial (...)». Se lerem este artigo, poderão constatar que é da autoria de um «grande social-democrata», de um «militante histórico do PSD», chamado Vital Moreira (passe a ironia).

O que estranho é que ainda não vi os contributos do PS! Onde é que estão os contributos do PS para este debate?! Só os apresentam quando virem os do Governo?!

Este é um terreno a desbravar. Vamos discutir as fórmulas de financiamento e a responsabilização! Vamos discutir os critérios de avaliação e a consequência! Vamos discutir a qualidade pedagógica e a exigência em relação aos alunos!

Haverá sempre na esquerda um sector dogmático que envolve um contributo eventualmente positivo em 500 *slogans* de outrora. Impedidos de jogar «Monopólio», sem flexibilidade para andar na «montanha russa» do Deputado João Almeida, arriscam a qualidade do ensino superior em Portugal, num verdadeiro jogo de «roleta russa».

Do PSD, teremos serenidade e teremos propostas a seu tempo.

Dizia Francisco Sanches, Sr. Ministro, que «é inato aos homens querer saber. A poucos é dado o saber querer. A menos ainda o saber».

Confiamos que o Sr. Ministro tenha o saber para levar este debate a bom porto.

O Sr. Jorge Nuno Sá (PSD): — Exactamente!

O Orador: — Em todo o caso, a pergunta que lhe faço resulta de uma apreensão que se me gera quando se fala de Acção Social, e tem a ver com estádio Mário Duarte em Aveiro.

A Universidade de Aveiro — li eu numa notícia de jornal — começou a pagar, por um valor final de 2490 mil euros, o estádio Mário Duarte em Aveiro. E pagou-o em parte com verbas da Acção Social. Nem discuto se eles precisam da infra-estrutura desportiva. Mas com dinheiro da acção social?!... Quantos almoços e quantas residências é que estão aqui?! Quantas bolsas?!

Por outro lado, o mais importante é saber se já percebeu o segredo para esta saúde financeira numa universidade portuguesa. É que é melhor que digamos às outras como é que isto se faz!

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, o seu tempo esgotou-se. Tenha a bondade de concluir.

O Orador: — Vou concluir, Sr. Presidente.

E o pior é se a moda alastra! Já estou a imaginar o Dr. Manuel Vilarinho, um dia destes, a querer vender o Estádio da Luz à Universidade Clássica! E, uma vez que a Universidade de Aveiro diz que compra para preservar património, já estou a ver a Universidade de Coimbra, um dia destes, a comprar a Sé Velha!

Gostava que me explicasse como é que isto se faz!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro da Ciência e do Ensino Superior. Dispõe de 3 minutos.

O Sr. Ministro da Ciência e do Ensino Superior: — Sr. Presidente, Sr. Deputado, tive conhecimento desse facto provavelmente há cerca de 2 meses. Na altura, indaguei imediatamente a Sr.^a Reitora da Universidade de Aveiro sobre o caso, tendo mandado os serviços do meu gabinete fazerem o estudo dessa situação.

Não queria, de maneira nenhuma, contrariar a autonomia das próprias instituições, mas confesso que se calhar vou contrariar, nomeadamente a Sr.^a Deputada Luísa Mesquita, que vai dizer que eu vou dizer outra vez mal!

A Sr.^a Luísa Mesquita (PCP): — Já estou habituada!

O Orador: — Lamento profundamente dizer que não me parece que numa situação difícil como a que o País atravessa a compra de um estádio seja uma situação prioritária quando, eventualmente, a Universidade de Aveiro já dispõe de um campo relvado e de uma pista de atletismo.

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — Admito perfeitamente que, em termos de valor — porque a Direcção-Geral do Património é que fez a avaliação —, estejamos a falar em valores na ordem de 450 000 contos. Srs. Deputados, eu faço um campo relvado, com os balneários necessários, por cerca de 120 000 contos!

O Sr. Jorge Nuno Sá (PSD): — São pelo menos 300 000 contos de desperdício!

O Orador: — Para fazer esse campo relvado eu não necessitaria dessa verba de 450 000 contos! Por isso, sinceramente, não me parece que essa possa ser considerada uma prioridade, nomeadamente dentro dos serviços sociais.

O Sr. Jorge Nuno Sá (PSD): — Um escândalo, Sr. Ministro!

O Orador: — A única coisa que lhe posso dizer, Sr. Deputado, é que há um parecer que diz que a situação está perfeitamente legalizada. E também enviei um parecer à Sr.^a Reitora em relação ao qual aguardo resposta.

O Sr. António Braga (PS): — Só isso?!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra a Sr.^a Deputada Jamila Madeira.

A Sr.^a Jamila Madeira (PS): — Sr. Presidente, Sr. Ministro Pedro Lynce, três meses depois de ter posto a Assembleia da República, em Novembro passado, em plena discussão do Orçamento do Estado, num verdadeiro *sprint* supersónico, a discutir com os parceiros e a debater entre si o regime jurídico de desenvolvimento e qualidade do ensino superior — uma lei centralista que expressa a visão de quem olha para o ensino como «quero, posso e mando» — estamos aqui, consigo, a alinhar algumas, cada vez mais vagas, das ideias que o «todo-poderoso» Sr. Ministro da Ciência e do Ensino Superior tem.

Vozes do PS: — Muito bem!

Protestos do CDS-PP.

A Oradora: — Ontem, nesta mesma Câmara, discutiram-se os problemas de emprego, de desemprego, do crescimento económico, da confiança, de estímulos para o futuro — tudo situações que afectam directamente os estudantes, muito em particular os do ensino superior.

O Sr. João Pinho de Almeida (CDS-PP): — E chegou-se à conclusão de que a responsabilidade era vossa!

A Oradora: — Ontem, o Governo disse-nos que o desemprego vai continuar a aumentar, que o emprego vai continuar a diminuir, que o crescimento foi substituído pela recessão, que o Governo não tem confiança em si próprio e que não sabe nem tem estratégias a aplicar para recuperar a sua confiança, a dos estudantes e a da economia.

Sr. Ministro, em tempo de recessão, a responsabilidade do Estado em orientar e apoiar aqueles que podem ser os dinamizadores da economia — os estudantes — é elevadíssima.

A educação é uma responsabilidade central do Estado. Por mais esforços suplementares que se peçam aos estudantes e às famílias, cabe ao Estado providenciar as condições necessárias para garantir que nenhum estudante deixe de estudar por dificuldades económicas.

Sr. Ministro, em tempo de crise o número de trabalhadores-estudantes aumenta, o número de famílias carenciadas aumenta, o esforço financeiro para ter um filho a estudar aumenta.

Sr. Ministro, a acção social escolar assume aqui uma responsabilidade crucial. Até ao momento, perante estas evidências, perante o anunciado aumento da fatia de custos com o ensino superior para as famílias, a única medida que o Sr. Ministro aplicou foi o aumento do preço das cantinas, do preço das residências e dos outros serviços sociais.

Aplausos do PS.

Sr. Ministro, perante tudo isto, o que pretende fazer para reforçar o sistema de acção social escolar? O que pretende fazer para que todos aqueles que, com menores recursos — e, hoje, pela mão do seu Governo, são cada vez mais —, tenham mais apoios, ou, melhor, tenham pelo menos algum apoio?

Sr. Ministro, dê-nos uma ideia, sua, uma ideia clara, sob pena de, como acontece no *râguebi*, que o Sr. Ministro tão bem conhece, ser considerado fora de jogo, e termos de lhe marcar um *penalty*!

Aplausos do PS.

O Sr. João Pinho de Almeida (CDS-PP): — Não há *penalty* no *râguebi*! Há pontapés de penalidade!

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro da Ciência e do Ensino Superior. Dispõe de 3 minutos.

O Sr. Ministro da Ciência e do Ensino Superior: — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada Jamila Madeira, o que quero garantir-lhe aqui, claramente, e nisto estou totalmente de acordo consigo, é que nenhum estudante deixará de estudar por ter problemas financeiros.

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — Repito, nenhum estudante deixará de estudar por falta de meios, e reconheço que é necessário reforçar a acção social escolar. Sem dúvida alguma!

O Sr. Augusto Santos Silva (PS): — Com que meios?

O Orador: — Mas, repare, já não me parece que seja razoável insistirmos nessa demagogia. E vou explicar-lhe porquê.

Sr.^a Deputada, quando, eventualmente, se deveriam ter alterado esses valores — em 1996/97 alteraram-nos, mas já em 1997/98 ninguém os quis alterar, e isto é uma responsabilidade do vosso governo... Sr.^a Deputada, eu não fiz

mais, repare, do que, pura e simplesmente, actualizar o preço e manter a relação.

Vozes do CDS-PP: — «Actualizar», exactamente!

O Sr. João Pinho de Almeida (CDS-PP): — Não aumentou, actualizou!

O Orador: — Mais: a cama referente ao bolseiro foi paga na bolsa, Sr.^a Deputada.

Por isso, o que posso garantir-lhe é que as bolsas foram aumentadas, porque a cama é à parte. Peço-lhe, sinceramente, que não insista. Se, porventura, quiser, mostro-lhe as minhas contas, mostro-lhe o que tenho. É esta situação que, neste momento, me parece importante.

Gostava claramente que, em relação àqueles indivíduos que, eventualmente, não podem pagar, garantíssemos a gratuidade;...

A Sr.^a Jamila Madeira (PS): — Esses vão ser cada vez mais!

O Orador: — ... porém, em relação àqueles que, porventura, podem pagar, penso que não podem deixar de contribuir de uma maneira mais justa.

Sr.^a Deputada, estamos a falar, neste momento, de um problema muito grave, que é o da justiça social.

O Sr. Jorge Nuno Sá (PSD): — Exactamente!

O Orador: — Quando, eventualmente, neste momento, de uma maneira demagógica, apenas consideram que há um retorno de carácter social, é falso. No caso do ensino superior, há um retorno de carácter social e um retorno de carácter pessoal, Sr.^a Deputada!

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Posso dizer-lhe, porque, sinceramente, sinto isso com todo o coração, que há jovens que andaram comigo na escola e que só se distinguiam de mim apenas porque eu andava de bata branca e calçado porque era filho de um Sr. Doutor e eles não que tinham tanta capacidade quanto eu e que, hoje, andam com uma enxada. Para mim, esses é que são importantes, Sr.^a Deputada!

O Sr. Jorge Nuno Sá (PSD): — Exactamente!

O Orador: — São esses que andam com uma enxada às costas que eu não esqueço, enquanto eu, neste momento, tenho uma caneta. Provavelmente, é o retorno pessoal que deve ser valorizado.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos da Deputada do PS Jamila Madeira.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, esgotada a grelha de tempos prevista, declaro encerrado o período de perguntas de âmbito sectorial dirigidas ao Ministério da Ciência e Ensino Superior, restando-me agradecer a presença do Sr. Ministro e do Sr. Secretário de Estado.

Em relação ao segundo ponto da ordem do dia — apreciação do relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito aos Actos do Governo e da Administração do Metropolitano de Lisboa, E. P., relativamente às Obras da Nova Linha sob o Terreiro do Paço —, devo comunicar a Câmara que, no seguimento das diligências feitas pelos Srs. Deputados da oposição, que se opõem a que este debate seja feito hoje e sugerem o seu adiamento, e consultados todos os grupos parlamentares, existe consenso para que o assunto seja retirado da ordem do dia de hoje. Em Conferência de Líderes, trataremos da proceder ao respectivo agendamento.

O Sr. António Costa (PS): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado António Costa, não vou dar-lhe a palavra, porque este assunto foi suficientemente debatido, durante 30 minutos, no início da sessão.

O Sr. António Costa (PS): — Sr. Presidente, nós não nos pronunciamos!

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Não concordam!?

Pausa.

O Sr. Presidente: — Quero pedir desculpa à Câmara, porque há realmente um lapso da minha parte, que é preciso rectificar, porque neste assunto não podem subsistir mal-entendidos.

A questão do adiamento da segunda parte da ordem do dia foi levantada pelos Srs. Deputados do PCP, de Os Verdes e do BE, mas, na realidade, não constou da intervenção do Sr. Deputado António Costa. Os partidos da maioria deram anuência ao adiamento, mas o Sr. Deputado António Costa levanta agora a questão de o seu grupo parlamentar não ter sido consultado. Consulto-o agora directamente, pedindo-lhe, portanto, que me responda se dá consenso para que este assunto seja retirado da ordem do dia de hoje, chamando-lhe, no entanto, a atenção para o facto de existirem dados novos que justificam plenamente este adiamento.

Tem a palavra, Sr. Deputado António Costa.

O Sr. António Costa (PS): — Sr. Presidente, hoje, no início dos trabalhos, fiz uma interpelação à Mesa tendo em conta uma notícia divulgada hoje no *Público* de que o Governo tinha escondido à Assembleia da República, durante dois meses, um relatório da Procuradoria-Geral da República sobre esta matéria, que claramente se pronuncia pela ausência de qualquer responsabilidade do então Ministro do Equipamento Social, Sr. Deputado Ferro Rodrigues. Esse documento foi hoje de manhã distribuído por V. Ex.^a às diferentes bancadas e imediatamente quer o PCP, quer Os Verdes, quer o Bloco de Esquerda entenderam que deveria haver um adiamento deste debate.

Da nossa parte, estamos em perfeitas condições de travar este debate, pois o parecer limita-se a dizer aquilo que nós já dissemos, ou seja, que o relatório fabricado pela maioria não tem a menor credibilidade.

Vozes do PS: — Muito bem!

Vozes do PSD: — Vamos ver!

O **Orador:** — Portanto, pela nossa parte, estamos em condições de fazer este debate desde já.

Contudo, se outros grupos parlamentares, seja da oposição, seja da maioria, entenderem que o debate deve ser adiado, não será por nossa causa que veremos limitados os direitos dos outros grupos parlamentares.

No entanto, pela nossa parte, estamos em totais condições de travar este debate, hoje, aliás, de uma forma mais clara, porque a própria maioria já sabe que o relatório que fabricou não tem a menor credibilidade e não passou de uma manobra política para tentar atingir o Secretário-Geral do Partido Socialista.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente:** — Agradeço a anuência do Sr. Deputado António Costa. De facto, não o tinha consultado, mas, como a sua resposta é positiva, este debate é adiado e, na Conferência de Líderes, encontraremos uma data oportuna para o seu agendamento.

A próxima sessão realiza-se quarta-feira, dia 26, com início às 15 horas, e constará de um período de antes da ordem do dia e de um período da ordem do dia com a discussão, na generalidade, do projecto de lei n.º 179/IX — Alarga o regime de incentivos fiscais à I&D Empresarial (PS) e a discussão do projecto de resolução n.º 126/IX — Estatuto do Fórum dos Parlamentos de Língua Portuguesa (Presidente da AR).

Srs. Deputados, está encerrada a sessão.

Eram 12 horas e 10 minutos.

Srs. Deputados que entraram durante a sessão:

Partido Social Democrata (PSD):

Alexandre Bernardo Macedo Lopes Simões
António Paulo Martins Pereira Coelho
Arménio dos Santos
Daniel Miguel Rebelo
Henrique José Monteiro Chaves
José Manuel de Matos Correia
Manuel Ricardo Dias dos Santos Fonseca de Almeida
Miguel Fernando Alves Ramos Coleta
Vasco Manuel Henriques Cunha

Partido Socialista (PS):

Acácio Manuel de Frias Barreiros
Fausto de Sousa Correia
João Cardona Gomes Cravinho
Joaquim Augusto Nunes Pina Moura
Jorge Manuel Gouveia Strecht Ribeiro
José Augusto Clemente de Carvalho
José Manuel de Medeiros Ferreira
Laurentino José Monteiro Castro Dias
Manuel Maria Ferreira Carrilho
Maria do Rosário Lopes Amaro da Costa da Luz Carneiro
Renato Luís de Araújo Forte Sampaio
Ricardo Manuel Ferreira Gonçalves
Vicente Jorge Lopes Gomes da Silva

Partido Popular (CDS-PP):

Álvaro António Magalhães Ferrão de Castello-Branco
José Miguel Nunes Anacoreta Correia
Telmo Augusto Gomes de Noronha Correia

Partido Comunista Português (PCP):

Maria Odete dos Santos

Srs. Deputados não presentes à sessão por se encontrarem em missões internacionais:

Partido Social Democrata (PSD):

António Joaquim Almeida Henriques
Eugénio Fernando de Sá Cerqueira Marinho
Maria Eduarda de Almeida Azevedo

Partido Socialista (PS):

João Barroso Soares
José da Conceição Saraiva
Maria Amélia do Carmo Mota Santos

Srs. Deputados que faltaram à sessão:

Partido Social Democrata (PSD):

António Alfredo Delgado da Silva Preto
António da Silva Pinto de Nazaré Pereira
António Edmundo Barbosa Montalvão Machado
António Maria Almeida Braga Pinheiro Torres
Carlos Alberto Rodrigues
Carlos Jorge Martins Pereira
Eduardo Artur Neves Moreira
Guilherme Henrique Valente Rodrigues da Silva
Joaquim Virgílio Leite Almeida da Costa
Jorge José Varanda Pereira
Jorge Manuel Ferraz de Freitas Neto
José António Bessa Guerra
José Manuel Álvares da Costa e Oliveira
José Manuel Carvalho Cordeiro
Manuel Joaquim Dias Loureiro
Marco António Ribeiro dos Santos Costa
Maria Isilda Viscaia Lourenço de Oliveira Pegado
Maria Teresa Pinto Basto Gouveia
Mário Patinha Antão
Sérgio André da Costa Vieira

Partido Socialista (PS):

Francisco José Pereira de Assis Miranda
João Rui Gaspar de Almeida
Luís Manuel Carvalho Carito
Luiz Manuel Fagundes Duarte
Manuel Alegre de Melo Duarte
Maria Helena do Rêgo da Costa Salema Roseta

Partido Comunista Português (PCP):

Carlos Alberto do Vale Gomes Carvalhas

A DIVISÃO DE REDACÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL.



DIÁRIO

da Assembleia da República

Depósito legal n.º 8818/85



IMPrensa NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.

1 — Preço de página para venda avulso, € 0,05 (IVA incluído).

2 — Para os novos assinantes do *Diário da Assembleia da República*, o período da assinatura será compreendido de Janeiro a Dezembro de cada ano. Os números publicados em Outubro, Novembro e Dezembro do ano anterior que completam a legislatura serão adquiridos ao preço de capa.

PREÇO DESTE NÚMERO (IVA INCLuíDO 5%)

€ 1,40

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e assinaturas do «Diário da República» e do «Diário da Assembleia da República», deve ser dirigida à administração da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, S. A., Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5 - 1099-002 Lisboa.